

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM TEORIA PSICANALÍTICA

LUCIANA SOUFEN DA COSTA SABINO

**CULPA PARA FREUD: MAL-ESTAR E LAÇO SOCIAL**

Pareceristas sugeridos:  
Prof. Dra. C. Lucia Montechi Valladares de Oliveira  
Prof. Dra. Inês Rosa Bianca Loureiro

SÃO PAULO

2011

LUCIANA SOUFEN DA COSTA SABINO

**CULPA PARA FREUD: MAL-ESTAR E LAÇO SOCIAL**

Monografia  
do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Teoria Psicanalítica  
da Pontifícia Universidade Católica  
Orientador: Prof. Dr. Pedro Luís Ribeiro de Santi

SÃO PAULO

2011

LUCIANA SOUFEN DA COSTA SABINO

CULPA PARA FREUD: MAL-ESTAR E LAÇO SOCIAL

Monografia

ESTUDO DA CULPA NA TEORIA PSICANALÍTICA DE FREUD

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM TEORIA PSICANALÍTICA

Data de Aprovação: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

Prof. Dr. Pedro Luís Riberio de Santi  
Psicanalista, Doutor, Docente do Curso de Pós-Graduação  
da Pontifícia Universidade Católica

Ao amor-Marco.

Saiba!

Todo mundo foi neném  
Einstein, Freud e Platão, também  
Hitler, Bush e Saddam Hussein  
Quem tem grana e quem não tem...

Saiba!

Todo mundo teve infância  
Maomé já foi criança  
Arquimedes, Buda, Galileu  
E também você e eu...

Saiba!

Todo mundo teve medo  
Mesmo que seja segredo  
Nietzsche e Simone de Beauvoir  
Fernandinho Beira-Mar...

Saiba!

Todo mundo vai morrer  
Presidente, general ou rei  
Anglo-saxão ou muçulmano  
Todo e qualquer ser humano...

Saiba!

Todo mundo teve pai  
Quem já foi e quem ainda vai  
Lao-Tsé, Moisés, Ramsés, Pelé  
Gandhi, Mike Tyson, Salomé...

Saiba!

Todo mundo teve mãe  
Índios, africanos e alemães  
Nero, Che Guevara, Pinochet

E também eu e você

E também eu e você

E também eu e você...

(Arnaldo Antunes)

LUCIANA SOUFEN DA COSTA SABINO – Culpa para Freud: mal-estar e laço social.  
2011

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luís Ribeiro de Santi

## RESUMO

O presente trabalho relata a respeito do conceito de ‘culpa’ para Freud, que confere entendimento diverso daquele comumente designado pelas demais áreas do conhecimento ou pelo senso comum. Para a psicanálise, a culpa também envolve uma dinâmica da ordem da inconsciência e representa uma dívida simbólica determinante de nossa condição humana civilizada, fonte de nosso inevitável mal-estar. A fim de entender tal complexa leitura de Freud sobre a culpa, serão retomados os principais conceitos da psicanálise, destrinchados como forma de explicar toda a coerência e a evolução de sua teoria, da primeira à segunda tópica. Freud, valendo-se de sua genialidade e de uma experiência de vida e clínica bastante peculiar, teceu uma inovadora teoria, cujo ano fundador emblemático dá-se em 1900. Embora tenha sido tão rechaçada à sua época, sua obra mostra-se bastante resistente às críticas e à virada do século, já que ainda muito útil para repensar a contemporaneidade, da qual alguns temas serão levantados ao final do trabalho. Freud entende que muitas das manifestações da ordem da consciência remontam sua explicação em conteúdos recalcados ao inconsciente. O recalque, por sua vez, deverá ser compreendido por meio das teorias sexuais infantis e do conceito de complexo de Édipo, oferecendo as bases para entender as origens da culpa para Freud. Será compreendido que a gênese das enfermidades psíquicas e da própria humanidade é identificada como a gênese das exigências morais da civilização quanto à sexualidade e à agressividade. Deste conflito entre desejo e proibição, nasce o inevitável mal-estar do ser humano. Valendo-se do conceito de pulsão, Freud identifica destinos variados para o escoamento destes impulsos sexuais e agressivos, sendo a sublimação a forma mais saudável socialmente. Porém, ao longo de sua teoria, Freud observa que, ainda que desvendadas as razões para os comportamentos antissociais ou psicopatológicos, tais destinos muitas vezes não dão conta de “domesticar” tais pulsões. Atônito com a Primeira Guerra Mundial e, portanto, com a capacidade do ser humano em procurar destruição e morte, Freud incrementa sua teoria introduzindo o conceito de pulsão de vida e de morte. Também introduz demais conceitos mais precisos para explicar a complexidade do aparelho psíquico e, paralelamente, Freud também incrementa sua teoria com os textos sociais, trazendo uma explicação também filogenética para o ser humano. Assim, fazendo um sobrevoo geral sobre seus textos clínicos e sociais, acompanhando a evolução de sua vasta e extensa obra, este trabalho pretende traçar como inevitável a ambivalência do ser humano e, portanto, a frustração do ser civilizado, como forma de esclarecer a madura contribuição da visão psicanalítica para as diversas áreas do conhecimento e, porque não dizer, quicá, para o senso comum, aproximando e enlaçando os sujeitos por sua origem comum: culpada e imperfeita.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicanálise, culpa, Freud.

LUCIANA SOUFEN DA COSTA SABINO – The guilt for Freud: malaise and social bond. 2011

Tutor: Prof. Dr. Pedro Luís Ribeiro de Santi

### *ABSTRACT*

This paper reports the concept of guilt for Freud, who has a different approach from those commonly adopted by other areas of knowledge or even by common sense. For psychoanalysis, the guilt also involves a dynamic of the unconscious order and represents a symbolic debt of our human condition and an inevitable source of our malaise. To understand such a complex reading of Freud's guilt, it will be resumed the main concepts of psychoanalysis, as a way to explain all the consistency and evolution of his theory, from the first to the second model. Freud, using his life experience and peculiar clinical, wove an innovative theory, from the founding year of 1900 to the end of his life. Although it has been so rejected at that time, his theory resists to the criticism and time, as it is still useful to rethink the contemporary world, which some issues will be raised at the current conclusion. Freud believed that many of the conscious manifestations have explanation from the repressed unconscious contents. Repression must be understood through the sexual theories and the concept of the Oedipus complex, providing the origins of the guilt for Freud. It will be understood that the genesis of mental illness and of humanity itself is identified as the genesis of the moral demands of civilization against sexuality and aggression. From this conflict between desire and prohibition comes the inevitable malaise of the human. Freud identifies various destinations for the flow of sexual and aggressive impulses, which sublimation is the most socially healthy. But Freud also notes that, although uncovered the reasons for antisocial behavior and psychopathology, such destinations are often not sufficient to the "domestication" of these impulses. Surprised by the First World War and, therefore, the ability of human beings to seek destruction and death, Freud introduced the concept of impulse of life and death. He also introduced new concepts to explain the complexity of the psychic apparatus and, at the same time, he improved his theory with the social texts. Thus, making an overflight on his clinical and social texts, following the evolution of his vast and extensive work, this paper draws a conclusion from the inevitable ambivalence of the human being and, therefore, the frustration of being civilized, to clarify the mature contribution of the psychoanalysis view to the various areas of knowledge and, perhaps, to common sense, approaching and embracing the individuals about their common origin: guilty and imperfection.

**KEY WORDS:** psychoanalysis, guilt, Freud.

## SUMÁRIO

<b><u>1 INTRODUÇÃO</u></b> .....	p. 09
<b><u>2 A PSICANÁLISE</u></b> .....	p. 10
<u>2.1 UMA BREVE BIOGRAFIA DO PAI E CRIADOR: FREUD</u> .....	p. 10
<u>2.2 A INOVAÇÃO DA TEORIA DE FREUD E SUA PRIMEIRA TÓPICA</u> .....	p. 11
2.2.1 O NASCIMENTO DA PSICANÁLISE.....	p. 11
2.2.2 O RECALQUE, O INCONSCIENTE E A ASSOCIAÇÃO LIVRE.....	p. 12
2.2.3 PERVERSÃO, NEUROSE E SEXUALIDADE INFANTIL.....	p. 16
2.2.4 DESEJOS, PROIBIÇÕES E NEUROSES: “O HOMEM DOS RATOS” .....	p. 19
2.2.5 OS DESTINOS DAS PULSÕES.....	p. 26
<u>2.3 A RENOVAÇÃO DA TEORIA DE FREUD E SUA SEGUNDA TÓPICA</u> .....	p. 30
2.3.1 PULSÃO DE VIDA E PULSÃO DE MORTE.....	p. 30
2.3.2 O AMADURECIMENTO DO CONCEITO DE COMPLEXO DE ÉDIPO.....	p. 32
2.3.3 EU, ID E SUPER-EU.....	p. 36
<b><u>3 CULPA</u></b> .....	p. 39
<u>3.1 O PAI “TOTEM” E O DESEJO “TABU”</u> .....	p. 39
<u>3.2 A EVOLUÇÃO FILOGENÉTICA DAS PSICONEUROSES</u> .....	p. 43
<u>3.3 CULPA INEVITÁVEL DIANTE DA CONDIÇÃO HUMANA “IMPERFEITA”</u> ..p.	46
<u>3.4 CONSCIÊNCIA MORAL E SENTIMENTO DE CULPA INCONSCIENTE</u> .....	p. 48
<u>3.5 CULPA NAS MASSAS</u> .....	p. 50
<u>3.6 CULPA NAS RELIGIÕES</u> .....	p. 54
<u>3.7 CULPA NO MAL-ESTAR E NA COESÃO SOCIAL</u> .....	p. 57
<u>3.8 CULPA NA ATUALIDADE</u> .....	p. 69
<b><u>4 CONCLUSÃO</u></b> .....	p. 76
<b><u>5 BIBLIOGRAFIA</u></b> .....	p. 79

## 1 INTRODUÇÃO

O termo ‘culpa’ possui vários significados dentro das mais diversas áreas do conhecimento, das quais, neste trabalho, a psicanálise será enfocada.

‘Culpa’ é um conceito conhecido popularmente, designando a responsabilidade de alguém sobre algum acontecimento. Nas religiões, é empregado regularmente, para conduzir seus seguidores ao caminho da correção, por meio do reconhecimento da culpa de seus erros segundo as regras de sua crença. Para as leis civis e penais, a culpa entra em questão para definir quando alguém tem condições de responder pela prática de uma ação ou omissão, intencional ou não, e pelas consequências destas.

Até mesmo o dicionário da língua portuguesa confere cinco definições para ‘culpa’: responsabilidade atribuída a alguém por ato ou por omissão repreensível ou criminosa; conduta da qual pode provir dano ou ofensa grave a alguém; falta voluntária a uma obrigação ou a um princípio ético; responsabilidade por ação ou por omissão prejudicial, criminosa ou reprovável; transgressão de preceitos religiosos, pecado; violação ou inobservância de uma regra de conduta de que resulta lesão ao direito alheio (*Dicionário escolar da língua portuguesa / Academia Brasileira de Letras. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p. 383*).

Já para a psicanálise, à culpa é conferido um entendimento bem diverso, pois não designa algo apenas da ordem da consciência, da intencionalidade ou da capacidade de responder por seus atos, eis que toda a dinâmica para a sua determinação é inconsciente, restando consciente apenas o conseqüente sentimento. Para Freud, a culpa representa uma dívida simbólica determinante de nossa condição humana civilizada, fonte de nosso inevitável mal-estar, pensamento esse que culminou na escrita de seu livro *Mal-estar da civilização*, em 1930, já na reta final de sua generosa e densa obra.

Neste trabalho, além da discussão acerca do tema ‘culpa’, também serão expostos os conceitos centrais da psicanálise, pois estes fundamentam o entendimento de Freud sobre a culpa e coroam sua obra de extrema maturidade, coerência e coesão, atributos esses que geralmente faltam a tudo que é inédito e polêmico.

O tema é de grande importância, pois, embora seja um termo do senso comum, poucos sabem a leitura que Freud fez sobre a culpa, podendo ser mais bem refletida nas outras áreas do conhecimento, à luz da psicanálise.

## 2 A PSICANÁLISE

### 2.1 UMA BREVE BIOGRAFIA DO PAI E CRIADOR: FREUD

Sigismund Scholomo Freud nasceu no dia 6 de maio de 1856, em uma pequena vila de Freiberg (à época, pertencente ao Império Austríaco; atualmente, corresponde ao município de Příbor, da República Tcheca, na região da Morávia), filho de Jacob Freud, um comerciante pobre, e Amália Nathansohn, sua terceira esposa, vinte anos mais jovem. Sua família era judia, não ortodoxa nas práticas religiosas.

Freud foi o primogênito deste terceiro casamento de seu pai, havendo-se com mais quatro irmãs (Rosa, Marie, Adolfine e Pauline) e um irmão caçula (Alexander, nome sugerido pelo menino Freud), nascidos em uma rápida sequência, entre 1860 a 1866. Também havia dois irmãos do primeiro casamento de seu pai, um deles mais velho do que a própria mãe de Freud, já casado e com filhos (Emanuel), e outro apenas um ano mais jovem do que ela, ainda solteiro (Philipp), todos vizinhos. Freud, inclusive, brincou com um dos filhos de seu meio-irmão, que era apenas um ano mais velho do que o pequeno tio Freud.

Enfim, uma constelação genealógica bastante peculiar, matéria-prima do romance familiar do pai da psicanálise, que fez uso de sua própria história pessoal e experiência profissional para tecer sua inovadora teoria.

O pai de Freud mudou-se com a família para Leipzig, na Alemanha, em 1859, e depois seguiu para Viena, na Áustria, em 1860.

Inicialmente, Freud cogitou cursar Direito, mas, aguçado por sua curiosidade e interessado na área de pesquisa, ingressa no curso de Medicina da Universidade de Viena em 1873, finalizando-o em 1881. Ainda durante o curso de Medicina, em 1877, abreviou seu nome de Sigismund Scholomo Freud para Sigmund Freud, como já era por ele utilizado.

Ainda como aluno, Freud iniciou um trabalho de pesquisa sobre o sistema nervoso central, orientado por Ernst von Brücke, em 1876. Já formado, trabalhou na Clínica Psiquiátrica de Theodor Meynert, em 1882-83, depois prosseguindo seus estudos com Charcot, em Paris, em 1885, quando se interessa pela histeria e pelo método catártico (hipnose), mais tarde por ele abandonado e substituído pela associação livre.

Em 1886, casou-se com Martha Bernays, cinco anos mais jovem do que ele, de família judia ortodoxa, tendo com ela seis filhos, em uma rápida sequência (Mathilde, em 1887; Martin, em 1889; Olivier, em 1891; Ernst, em 1892; Sophie, em 1893; Anna, em 1895).

Em 1891, montou sua casa e consultório na Rua Berggasse, em Viena, onde permaneceu por quase cinquenta anos.

Em 1895, Freud publicou “Estudos sobre a Histeria”, juntamente com Breuer, relatando suas descobertas sobre o método catártico. Após o rompimento com seu parceiro Breuer e a morte de seu pai, Freud contou com o apoio de seu amigo íntimo e também médico, Wilhelm Fliess, com quem trocou diversas cartas, que serviram para a sua “autoanálise”, tão importante para lançar as bases de sua teoria.

Sua trajetória foi marcada por mortes de familiares (pai, em 1896; filha mais velha, Sophia, e do filho desta, em 1920; outro neto, em 1923; mãe, em 1930) e rompimentos com amigos e parceiros próximos (Josef Breuer, em 1894; Carl Gustav Jung, em 1913; Sandor Ferenczi, em 1929). Porém, conforme demonstram os anos de publicação de suas obras, Freud nunca deixou de produzir, nem mesmo após a descoberta de um câncer no maxilar, em 1922, com o qual conviveu por dezesseis anos, até a morte. Pelo contrário, parece que tais adversidades o impeliam a suas reflexões e produções ainda mais criativas e maduras.

Depois de muito resistir, Freud teve de fugir de Viena em 1938, em razão do regime nazista antissemita, com a ajuda de amigos influentes, dentre eles, a princesa Marie Bonaparte. Refugiou-se em Londres, na Inglaterra, onde permaneceu até a morte, havida por sua vontade: solicitou ao seu médico que causasse a overdose de morfina, dando fim ao estado indigno da fase terminal de seu câncer no maxilar, no dia 23 de setembro de 1939, aos 83 anos, dignificando ainda mais sua brilhante vida.

Os dados desta breve biografia foram extraídos da obra de Peter Gay, *Freud: uma vida para o nosso tempo* (1989).

## 2.2 A INOVAÇÃO DA TEORIA DE FREUD E SUA PRIMEIRA TÓPICA

### 2.2.1 O NASCIMENTO DA PSICANÁLISE

A obra de Freud, *A Interpretação dos sonhos*, foi publicada no ano de 1900 e é considerada um marco para o nascimento da psicanálise, pois inaugura os princípios

fundamentais que seriam desenvolvidos por Freud a partir dali. Trata-se, pois, da “obra fundadora da psicanálise, livro guia, ainda que algumas de suas teses tenham se tornado caducas, permanece sendo uma obra-prima e tal como um grande sonho de ciência nunca se tornará ultrapassada” (Zygouris, 1999, p. 37).

A matéria prima que Freud utilizou para escrever tal obra foi o conteúdo rememorado e anotado de seus próprios sonhos, pois, segundo ele, deveria tomar como exemplo os sonhos de uma pessoa considerada razoavelmente “normal”, sob pena de que sua teoria fosse tomada como aplicável apenas aos pacientes notavelmente neuróticos, o que não era sua pretensão. Desde o início, Freud preocupou-se em desenvolver uma teoria universal e, “assim, rompeu a barreira entre normal e patológico, já que todos nós sonhamos e podemos nos reconhecer nas considerações que daí decorrem” (Zygouris, 1999, p. 45).

Conhecer esta obra é de suma importância, pois, por ser uma obra fundadora, conferirá as bases para o entendimento do tema aqui discutido: a culpa.

## 2.2.2 O RECALQUE, O INCONSCIENTE E A ASSOCIAÇÃO LIVRE

Por meio da análise do sonho da “Injeção de Irma” e dos demais sonhos relatados em sua obra, Freud pôde identificar dois registros do sonho.

Um destes registros é **consciente**, ao qual designou como conteúdo manifesto, que se trata daquilo que é imediatamente acessível ao sonhador. O outro registro é **inconsciente**, ao qual designou como pensamentos de conteúdo latente, que são inacessíveis ao sonhador e correspondem ao desejo inconsciente.

Sua tese é de que o conteúdo manifesto é um substituto distorcido dos pensamentos latentes, sendo que tal deformação acontece justamente para que estes últimos não sejam revelados à consciência, tendo em vista a censura a que são submetidos, pois têm origem infantil e foram recalçados. Segundo Zyrouis (1999, p. 45), o sonho é uma “realização de uma promessa vinda da infância dos desejos”, ou seja, a realização de um desejo inconsciente de origem infantil recalçado.

Assim, Freud vislumbra que, por meio da **associação livre** de cada elemento apresentado no conteúdo manifesto dos sonhos, pode-se chegar aos pensamentos latentes. Ademais, Freud também adverte que “o mesmo fragmento de um conteúdo pode ocultar um

sentido diferente quando ocorre em várias pessoas ou em vários contextos” (Freud, 1900, p. 139), já que a associação de cada um é subjetiva e individual. Portanto, cada sonho pertence única e exclusivamente ao seu próprio sonhador, naquela ocasião, não podendo ser transportada sua interpretação para outros sonhos, deste mesmo sonhador ou de outrem. Além disso, Freud afirma “que todo sonho versa sobre o próprio sonhador” (ibidem, p. 348), ou seja, pode-se sempre supor que, mesmo que não apareça em seu sonho, o sonhador está lá oculto.

Na análise do sonho da “Injeção de Irma”, Freud esmiúça cada trecho do conteúdo manifesto, a fim de desenvolver a cadeia associativa de cada elemento. Por meio desta cadeia associativa, Freud evoca o verdadeiro sentido do sonho, identificando e teorizando acerca dos mecanismos implicados na deformação dos pensamentos latentes, ou seja, na formação dos sonhos. Tais mecanismos são: condensação, deslocamento, figurabilidade e elaboração secundária, que serão brevemente descritos a seguir.

A **condensação** é o mecanismo pelo qual o conteúdo latente é abreviado e, portanto, aparece de forma condensada no conteúdo manifesto. Assim, como bem salienta Garcia-Roza (2002, p. 92), “o conteúdo manifesto é sempre menor do que o conteúdo latente, sendo que o inverso não se verifica nunca, jamais o conteúdo manifesto pode ser maior do que o latente”. Como exemplo, no sonho da “Injeção de Irma”, temos a figura da própria Irma, que representa mais de uma figura feminina, o que foi revelado por Freud por meio de suas associações.

No **deslocamento**, temos a substituição de um pensamento latente por outro mais distante que remeta ao primeiro ou a transposição do lugar de um pensamento latente importante para outros lugares sem importância. Nesta última modalidade de deslocamento, mostra-se quase impossível a interpretação do sonhador, pois o caminho percorrido, neste deslocamento do pensamento latente primitivo ao secundário, provavelmente, será tão imprevisível e distante, que não se poderá fazer a trilha de volta.

Estes dois mecanismos de formação dos sonhos (condensação e deslocamento) permitiram que Freud concluísse que o sonho é uma linguagem, ou seja, o sonho diz muito mais do que as imagens nele contidas. Nas suas palavras, “os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e riqueza dos pensamentos oníricos” (Freud, 1900, p. 305).

Conforme bem esclarecido por Garcia-Roza, ao explicar a teoria de Freud, bem como a leitura que Lacan fez sobre o tema:

... o sonho é uma escritura psíquica cujas imagens não devem ser consideradas em seu valor de imagem, mas em seu valor significante... O que Lacan faz é assimilar esses mecanismos à metáfora e à metonímia. Na condensação temos uma sobreimposição dos significantes dando origem à metáfora; no deslocamento, pela substituição dos significantes com base na contigüidade, temos o equivalente da metonímia (Garcia-Roza, 2002, p. 96).

Com relação ao mecanismo da **figurabilidade**, diz respeito à transformação dos pensamentos em imagens sensoriais, fazendo, pois, o caminho inverso da formação dos pensamentos, que, por sua vez, “originam-se de imagens sensoriais cuja matéria-prima são as impressões” (Garcia-Roza, 2002, p. 104). O trabalho de interpretação, pois, recupera o discurso simbólico da imagem dos sonhos, que foram formadas pelo chamado mecanismo de figurabilidade.

Por fim, a **elaboração secundária** trata-se da modificação do sonho pelo sonhador, a fim de que se configure uma história aparentemente coerente. Assim, “como resultado dessa operação de ligação, o sonho perde seu aspecto absurdo e incoerente assemelhando-se ao pensamento da vigília” (ibidem, p. 107), emprestando um sentido, ainda que enganoso, ao sonho. Porém, esta elaboração secundária nem sempre obtém êxito, pois, “algumas vezes, ela se faz de forma bastante parcial e outras vezes fracassa por completo, permanecendo o conteúdo onírico como um amontoado de imagens sem sentido aparente” (ibidem, p. 107).

Em suma, por meio dos sonhos relatados por Freud, dentre eles, o sonho da “Injeção de Irma”, na sua obra-prima “A Interpretação dos Sonhos”, revelou-se que o sonho é o resultado de um trabalho psíquico de disfarce do latente e que sua interpretação resulta na revelação deste disfarce, trazendo à consciência desejos inconscientes, que, se não fosse por meio dos sonhos, jamais seriam realizados.

Desta forma, o trabalho da interpretação dos sonhos deve sempre partir do conteúdo manifesto para chegar ao latente, acabando por fazer justamente o caminho inverso daquele realizado no trabalho da formação dos sonhos, que partiu do conteúdo latente, censurado, para o manifesto.

São estas as grandes inovações de Freud sobre o tema dos sonhos, permitindo-o concluir que: todo sonho é, em última instância, a realização de um desejo inconsciente; sua

interpretação é intransferível a qualquer outro sonho, seja do mesmo sonhador ou de outrem; o sonho versa sobre o próprio sonhador.

Sendo o sonho uma “via real que leva ao inconsciente” (Zyrouris, 1999, p. 45), sua interpretação trata-se de um instrumento valioso para os psicanalistas, que têm o inconsciente como objeto de estudo e trabalho.

Assim, por meio da interpretação dos sonhos, Freud começa a trabalhar os conceitos principais de sua primeira tópica: consciente, pré-consciente e inconsciente, sendo este último constituído por conteúdos aos quais foram recusados no sistema pré-consciente e consciente pela ação do recalque.

O **recalque**, segundo Freud, é um processo que visa manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões, produtora de prazer, que afetariam o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo e transformar-se-iam em fonte de desprazer. Portanto, todos os impulsos inconscientes que poderiam perturbar o consciente são por este censurados e recalcados no inconsciente, evitando-se o desconforto que causariam ao indivíduo se conscientes fossem.

Porém, também no consciente, o conteúdo inconsciente traz seus efeitos: estar recalcado não significar estar eliminado. A linguagem do inconsciente é disfarçada e, muitas vezes, manifesta-se por meio dos sintomas, que somente podem ser trabalhados se a fonte causadora, ou seja, o conteúdo inconsciente for resgatado. Aí está o trabalho do processo psicanalítico: acessar o conteúdo recalcado causador do sintoma, por meio das outras manifestações do inconsciente, tais como os sonhos, lapsos, jogo de palavras e atos falhos.

Esta noção mostra-se fundamental para entender a culpa como Freud a concebe. Isto, pois, nos sonhos, **se há disfarce do latente, é porque há algo de proibido a ser escondido, cuja consciência de seu respectivo desejo causaria um desprazer insuportável, podendo haver culpa envolvida nesta dinâmica, no caso das neuroses, como será exposto mais adiante.**

No subcapítulo “Sonho sobre a morte de pessoas queridas”, do capítulo “Sonhos típicos”, em *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud já destrincha todo o conflito gerado por alguns desejos infantis, que podem se revelar na fase adulta por meio dos sonhos, a exemplo daqueles cujo tema é a morte de pais e irmãos, principalmente os do mesmo sexo.

O que um dia foi para a criança um desejo de eliminar seus oponentes, depois, traduzida pela moralidade, será execrado ao inconsciente, mas nunca deixará de existir e, possivelmente, de produzir conflitos psiconeuróticos. Embora repreensíveis moralmente e inconscientes na fase adulta, tais desejos revelam-se ainda presentes na dinâmica psíquica do sujeito, não tendo sido eliminados, mas recalcados. Nas suas palavras:

As crianças são completamente egoístas; sentem suas necessidades intensamente e lutam de maneira impiedosa para satisfazê-las – especialmente contra os rivais, outras crianças, e, acima de qualquer outra coisa, contra seus irmãos e irmãs. ... E é certo que seja assim, pois podemos esperar que, antes do fim do período que consideramos como infância, os impulsos altruístas e a moralidade despertem no pequenino egoísta e um ego secundário se superponha ao primário e o iniba. ... Depois de já ter sido recoberto pelo desenvolvimento posterior, o caráter primário pode ainda ser exposto, pelo menos em parte, nos casos de doença histérica. Há uma semelhança realmente impressionante entre o que se conhece como caráter histérico e o caráter de uma criança levada. A neurose obsessiva, ao contrário, corresponde a uma supermoralidade imposta como um peso de reforço aos primeiros sinais do caráter primário (Freud, 1900, p. 277-278).

Assim, dentro desta dinâmica de conflito, no processo de recalque de desejos moralmente proibidos, também a culpa ocupará lugar importante para os psicanalistas e, portanto, deverá ser desvelada no trabalho de interpretação dos sonhos e dos outros meios de comunicação do inconsciente.

### 2.2.3 PERVERSÃO, NEUROSE E SEXUALIDADE INFANTIL

Freud, em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), expõe muitos conceitos importantes da teoria, tais como: pulsão, libido, apoio, zona erógena, sexualidade infantil, organizações pré-genitais da libido, autoerotismo e teorias sexuais infantis, que são introdutórios para o conceito central de sua obra, o complexo de Édipo. Também estes conceitos serão importantes para o entendimento da culpa para Freud, pois compreendem as bases de sua teoria sexual, que, por sua vez, está no cerne da reflexão para todos os demais temas.

Inicialmente, Freud apresenta uma descrição do que seriam as chamadas ‘aberrações sexuais’. Para tanto, retoma os conceitos de pulsão sexual ou libido, desmistificando o entendimento de que estariam ausentes na infância e que seu objeto “normal” seria de atração pelo sexo oposto, com objetivo de união dos genitais aptos para a reprodução.

Freud, então, começa a destrinchar todos os tipos de aberrações sexuais ou perversões, com a finalidade de entender, posteriormente, a origem e razão de tantas variações.

Freud classifica, primeiramente, os desvios com relação ao objeto da pulsão sexual (exemplos: pessoa do mesmo sexo, crianças e animais), esclarecendo que este tem como característica primordial a possibilidade de ser variável. Nas suas palavras:

Ora, como resultado mais genérico dessas discussões extrairíamos o entendimento de que, numa grande quantidade de condições e num número surpreendentemente elevado de indivíduos, a índole e o valor do objeto sexual passam para segundo plano. O essencial e constante na pulsão sexual é alguma outra coisa (Freud, 1905, p. 141).

Em seguida, classifica os desvios com relação ao objetivo da pulsão sexual, que pode envolver o uso de regiões diferentes das genitais, ou seja, que não estariam aptas à reprodução (exemplos: uso do orifício anal, mucosa dos lábios e da boca, condição fetichista de supervalorização sexual de outras partes do corpo ou objetos). Também temos o masoquismo e o sadismo, que condicionam a satisfação exclusivamente pela sujeição e maus-tratos a si ou ao outro, respectivamente. Interessante notar que ambos revelam “o contraste entre atividade e passividade que jaz em sua base pertence às características universais da vida sexual” e que “a crueldade e a pulsão sexual estão intimamente correlacionadas” (Freud, 1905, p. 150).

Por fim, a respeito das perversões, Freud afirma que, “no mínimo as menos graves dentre elas, são um componente que raramente falta na vida sexual das pessoas sadias e que é por elas julgado como qualquer outra intimidade” (p. 152). Assim, demonstra que a linha tênue para julgar alguma circunstância como patológica é “quando há nela as características de exclusividade e fixação” (ibidem, p. 153).

Após, Freud afirma que, estudando as perversões, pôde concluir que “a pulsão sexual tem de lutar contra certas forças anímicas que funcionam como resistências”, as quais contribuem para “circunscrever a pulsão dentro dos limites considerados normais” (ibidem, p. 153). Se estas forças de resistência (vergonha, asco, moral) também excederam a “normalidade”, surgem as psiconeuroses (histeria, neurose obsessiva, paranoia), cujos “sintomas representam um substituto de aspirações que extraem sua força da fonte da pulsão sexual” (ibidem, p. 155). Assim, a perversão e a psiconeurose seriam pares de opostos, ou seja, o perverso manifesta em desmedida o que o psiconeurótico recalca em

desmedida. Por isso, Freud diz que “os sintomas se formam, em parte, às expensas da sexualidade *anormal*; a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão” (ibidem, p. 157).

A seguir, Freud descreve como se manifestam as pulsões sexuais ao longo da vida do indivíduo, desde a infância. Afirma que as pulsões sexuais têm como fonte necessidades físicas (teoria do apoio) e que, depois, desvinculam-se destas e têm como alvo uma satisfação anímica. Ao longo da infância, se tudo ocorrer como esperado, a sexualidade infantil manifesta-se por meio das pulsões parciais nas zonas erógenas, sendo elas: **oral, anal e fálica**, as chamadas organizações pré-genitais da libido. Neste período, as pulsões não estão dirigidas para outra pessoa, mas, sim, para o próprio corpo da criança, por isso referem-se ao **autoerotismo**. Assim sendo, não seria incorreto dizer que as crianças são perversas polimorfos (ibidem, p. 180), pois o objeto e objetivo da pulsão sexual são “anormais” e não estão ainda barrados pelas resistências neuróticas (asco, vergonha, moral).

Espera-se que a sexualidade infantil passe por estas organizações pré-genitais até aproximadamente cinco anos, idade após a qual a criança é detida no chamado **período de latência**, que finda com a puberdade, dando início à configuração definitiva da vida sexual adulta. Justamente neste período de latência, as pulsões sexuais diminuem sua agitação e permitem que a criança foque seus interesses na alfabetização e na aprendizagem intelectual e moral, adentrando no mundo da cultura (ibidem, p. 168). É neste momento que, como será visto mais adiante neste trabalho, a culpa ocupará seu lugar.

Freud ensina que, na última fase pré-genital da libido, antes deste período de latência, as crianças iniciam uma investigação acerca da origem dos bebês, criando as mais diversas teorias sexuais infantis, tais como a de que os bebês provêm do seio, ventre ou umbigo maternos ou, até mesmo, do intestino da mãe, saindo pelo ânus, como as fezes (ibidem, p. 183-185). Para as crianças, então, a mãe detém todas as coisas e é capaz de lhe dar e criar tudo, tanto o necessário para sua sobrevivência e satisfação, como a própria vida. Com o decorrer de sua investigação, as crianças notam que algumas pessoas têm pênis e outras não: a diferença sexual é vivida como “tem” e “não tem” pênis. As meninas teriam perdido o pênis e desejam tê-lo (inveja do pênis) e os meninos encaram a possibilidade de

perdê-lo (complexo de castração) (p. 184), o que será decisivo para o início do período de latência e o processo de socialização de ambos, como será visto mais adiante.

#### 2.2.4 DESEJOS, PROIBIÇÕES E NEUROSES: “O HOMEM DOS RATOS”

Em 1908, na obra *Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna*, Freud relata sobre a **gênese das enfermidades psíquicas**, identificando que estas sofrem grande **recrudescimento de incidência e gravidade à medida que são fortalecidas as exigências morais da civilização quanto à sexualidade**.

Assim, todo o trabalho de “domesticação” das tendências sexuais, que se exige da educação empreendida pelos pais e instituições de modo geral, acaba por permitir o convívio em sociedade, mas acarreta outro problema: as psiconeuroses. Nas suas palavras, “todos os fatores que prejudicam a vida sexual, suprimem sua atividade ou distorcem seus fins devem também ser visto como fatores patogênicos das psiconeuroses” (Freud, 1908, p. 173).

Não só por meio das neuroses, que são a expressão da aceitação das exigências morais ao preço dos sintomas psíquicos, mas também todos os que, ao contrário, vivem à margem da lei, considerados, portanto, criminosos, também são, neste sentido, criação das próprias exigências sociais. Nas palavras de Freud:

Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. Além das exigências da vida, foram sem dúvida os sentimentos familiares derivados do erotismo que levaram o homem a fazer essa renúncia, que tem progressivamente aumentado com a evolução da civilização.

...

Aquele que em consequência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão do instinto, torna-se um ‘criminoso’, um ‘outlaw’, diante da sociedade – a menos que sua posição social ou suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem, um ‘herói’ (Freud, 1908, p. 173).

Ainda neste paralelo entre neurose, exigências morais e sexualidade, Freud estabelece uma conexão entre os traços de caráter do obsessivo e o erotismo anal, no texto *Caráter e erotismo anal*, de 1908.

Primeiramente, Freud analisa as características típicas dos obsessivos, quais sejam: ordem (exigida na meticulosidade), parcimônia (extremada na avareza) e obstinação (rebelada na cólera ou no ímpeto vingativo). Após, Freud relata que, não raro, é possível identificar no histórico dessas pessoas uma dificuldade na superação da incontinência fecal, na primeira infância, seguida de período em que se recusa a defecar, obtendo certa satisfação em reter e controlar as fezes.

Assim, é marcante o caráter erógeno da zona anal nessas pessoas, embora, após a infância, este erotismo anal desapareça, tornando-se desvinculado dos fins sexuais (caso não culmine na homossexualidade propriamente dita). Os traços típicos dos obsessivos seriam, pois, uma forma de “sublimação do erotismo anal” (Freud, 1908, p. 161), ou seja, são formas substitutivas do controle das fezes pelos demais controles que os obsessivos demonstram ter, não mais ou não só das fezes, mas também da desordem, dos gastos e dos fatos da vida. Ademais, a obsessão pela limpeza seria a expressão de uma formação reativa em relação às fezes, que comumente são relacionadas à sujeira e, portanto, devem ser evitadas.

Ainda quanto às neuroses obsessivas, além desta conexão com o erotismo anal, Freud já havia estabelecido uma analogia entre os atos obsessivos e as práticas religiosas, em texto cujo título mostra claro tal paralelo: *Atos obsessivos e práticas religiosas*, de 1907.

Freud destrincha uma semelhança entre as crenças religiosas e as crenças obsessivas: ambas estabelecem proibições e cerimoniais como forma de evitar um mal, bem como ambas estão carregadas de significado simbólico para quem as exerce. O religioso respeita as proibições e cumpre as regras com o rigor das cerimônias, sempre carregadas de sentido simbólico compartilhado por todos os religiosos. O obsessivo, por sua vez, respeita as proibições e cumpre as regras (de ordem e limpeza, por exemplo), as quais, embora sejam individuais e por ele próprio criadas, também devem ser cumpridas em meticuloso cerimonial. Apesar de aparentemente esvaziados de simbologia, Freud relata que, assim como os atos religiosos, tais cerimoniais obsessivos são **carregados de significado inconsciente**, relacionado às experiências **sexuais** do obsessivo.

Segundo Freud, os neuróticos obsessivos recalcam impulsos sexuais, moral e socialmente proibidos, e são **dominados por um “sentimento inconsciente de culpa”**

(Freud, 1907, p. 113), traduzindo nos sintomas uma forma de proteção contra tais desejos e, ao mesmo tempo, de castigo por desejá-los. Assim, o “mal” que os obsessivos evitam é, inconscientemente, a consequência desagradável pela erupção de tais impulsos sexuais recalçados.

Mais tarde, em 1913, Freud procura desvendar a razão pela qual o obsessivo “escolhe” tal tipo de neurose, no texto *A predisposição à neurose obsessiva*. Freud relaciona tal predisposição obsessiva a uma inibição do desenvolvimento, por regressão ou fixação ao estágio anal, valendo-se dos ensinamentos acerca das organizações pré-genitais da libido, expostos em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em 1905.

Neste estágio anal, a criança ainda não diferencia o masculino do feminino, oposição essa que somente será conquistada após a fase fálica. A oposição típica da fase anal está entre as metas ativa e passiva. A atividade é representada pela pulsão de apoderamento e a passividade pelo erotismo anal, que, mais tarde, na vida sexual do indivíduo, podem ser expressas pelo sadismo e homossexualismo, respectivamente. Assim, uma fixação ou uma regressão a esta fase pré-genital pode determinar “traços tipicamente sádicos e erótico-anais” (Freud, 1913, p. 334), que, caso não tomem expressão na vida sexual, acabam por ser traduzidos em traços de caráter, definindo pessoas “briguentas, espezinhadoras e arrogantes, avarentas e cobiçosas” (ibidem, p. 334).

Os neuróticos obsessivos, portanto, fixados ou regredidos ao estágio sádico-erótico-anal, “têm que desenvolver uma supermoral para defender o seu amor objetal da hostilidade que por trás dele espreita” (ibidem, p. 335-336), ou seja, a moralidade do obsessivo suplantou o exercício sádico-erótico-anal por via direta na sexualidade, trazendo consequências na tradução deste em seus traços obsessivos. Assim, conforme já exposto em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* e, também, neste trabalho, perversão e neurose são pares de opostos, pois o perverso manifesta em desmedida o que o psiconeurótico recalca em desmedida (“a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão”, Freud, 1905, p. 157).

Assim, identificando a manifestação da hostilidade sádica-erótica-anal neste estágio pré-genital, anterior à apreensão da moralidade neurótica, Freud chega a dizer que “a aptidão para a gênese da moral baseia-se na circunstância de no desenvolvimento o ódio ser precursor do amor” (ibidem, p. 336). De fato, como veremos mais adiante neste trabalho, o

indivíduo é, antes de tudo, de natureza hostil, pois o ódio sádico-erótico-anal é antecedente à conformação do amor e da moralidade.

Ainda a respeito das consequências psiconeuróticas do controle das pulsões sexuais<sup>1</sup>, em 1909, Freud publica um de seus casos clínicos emblemáticos, sobre o “homem dos ratos”, em *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*, por meio do qual restou clara a conexão entre os sintomas obsessivos e a sexualidade.

Em breves linhas, este paciente sofria dos seguintes sintomas: temor obsessivo de que algo desagradável aconteceria com pessoas amadas, seu pai (embora já falecido) e uma dama a quem admirava; impulsos compulsivos de cortar a garganta com uma lâmina; criação de proibições a respeito de situações e coisas sem importância, em aparente desconexo com as exigências da realidade. O paciente também se dizia atormentado pela ideia de ser um criminoso, desde tenra idade, inclusive descrevendo tal sentimento por não ter estado presente no momento da morte de seu pai. Apesar da sensação de ser um criminoso, empreendeu o curso de Direito, cuja conclusão, porém, demorou nove anos, mais tempo do que necessário, como efeito colateral das dificuldades práticas havidas por sua psicose.

Tais sintomas pioraram e tornaram-se motivo para que o paciente procurasse Freud após o impacto causado por ouvir o relato de um capitão – que, segundo o paciente, “obviamente gostava de crueldade” e, por isso, evocava seu terror (Freud, 1909, p. 149) – a respeito da tortura praticada contra um “fora da lei”: estando amarrados seus braços e pernas, um vaso foi virado sobre suas nádegas, dentro havendo ratos, que cavaram caminho de saída em seu ânus.

A ideia deste castigo atormentava-o como possibilidade de ser aplicado ao seu pai e à moça a quem amava, caso não agisse conforme as proibições criadas por sua obsessão. Uma destas exigências sintomáticas foi relacionada ao pagamento de uma dívida de reembolso de frete, havido pelo envio postal de seus óculos: o paciente, embora coagido por si próprio a pagar, sob a fantasiosa pena do castigo a ser empreendido às pessoas de sua estima, criou empecilhos, aparentemente externos, a dificultar tal pagamento.

---

<sup>1</sup> É com este sofrimento psíquico, causado pela moralidade, que também Nietzsche preocupava-se: “Ao indivíduo, enquanto busca sua felicidade, não se deve dar prescrições sobre o caminho para a felicidade: pois a felicidade individual brota de leis próprias, desconhecidas de todos, e preceitos externos podem apenas inibi-la. – Os preceitos chamados de ‘morais’ são, na verdade, dirigidos contra os indivíduos, e não querem absolutamente a sua felicidade” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 78).

Sua vida sexual “havia sido obstruída” (ibidem, p. 143), sentia repulsa por prostitutas e negava se casar com pretensa noiva rica indicada por sua família. Porém, o paciente relata que sua vida sexual havia começado muito cedo, lembrando-se de uma cena, aos quatro ou cinco anos de idade, com uma governanta, por quem experimentava suas fantasias sexuais infantis. Aos seis anos, já sofria de ereções e, certa vez, inclusive, queixou-se delas a sua mãe. Sentia desejo de ver as moças despidas e temia que seus pais conhecessem seus pensamentos, associando estes à possibilidade de acontecer fatos temidos, como a morte de seu pai. Desde cedo, pois, **um conflito estava instalado no paciente, entre desejo e proibição. Daí a razão pela qual o paciente sentia-se um criminoso.**

O paciente descrevia seu falecido pai como uma pessoa excepcional, muito amigo e admirável. Porém, também relata que, em episódios pontuais, tinha sido invadido pela ideia de que a morte de seu pai facilitaria financeiramente seu sucesso em namorar ou casar-se. Também conta a respeito de um episódio em que seu pai surrou-o por haver mordido alguém, o que evocou no paciente a cena de um rato sendo morto a pauladas. Por meio do processo psicanalítico, Freud esclareceu que o paciente inconscientemente **associou a surra de seu pai como um castigo por suas travessuras sexuais infantis, suscitando um ódio a seu pai, por tê-lo impedido em seus desejos.** Mais tarde, quando adulto, sua neurose obsessiva aparece como voz das pulsões sexuais recalçadas, exprimindo toda a **ambivalência do amor consciente e ódio inconsciente em relação ao seu pai:** “o inconsciente deve ser o exato contrário do consciente”; “um amor assim intenso era pré-condição necessária do ódio reprimido” (ibidem, p. 160). Não por acaso que seus sintomas acirraram-se ao tomar contato com o relato do castigo com os ratos, pois evocou o seu próprio castigo infantil e consequente ódio ao pai, fazendo invadir o pensamento de ser um criminoso, por desejar o castigo e a morte de seu pai e da inacessível dama objeto de suas fantasias sexuais.

Ademais, a punição com os ratos evocou no paciente o seu erotismo anal, que, conforme já esclarecido anteriormente por meio da obra *Caráter e erotismo anal*, de 1908, guarda estreita relação com a neurose obsessiva. Como visto, o controle das fezes é substituído pelo controle dos demais fatores na vida do obsessivo, sendo a limpeza uma delas. Os ratos e o dinheiro são frequentemente associados à sujeira. A dívida com o frete,

que se seguiu logo após saber do castigo com os ratos, acabou por conformar a constelação de associações: dinheiro, sujeira, fezes, ratos, prazer sádico-erótico-anal, proibição, hostilidade, castigo. Como se já não bastasse, em alemão, a palavra ‘Ratten’ (ratos) tem extrema semelhança com a palavra ‘Raten’ (prestações), evocando mais diretamente a associação ao dinheiro. Tal cadeia associativa provocou um abalo sísmico na estrutura psíquica do paciente, fazendo-o fortalecer a função protetiva dos sintomas obsessivos, a fim de evitar a erupção da verdade inconsciente: de que seu pai havia barrado seus desejos sexuais infantis, provavelmente fixados na fase sádico-erótica-anal, e de que toda a hostilidade contra o seu pai estava lá presente, porém recalcada.

Aliás, o paciente demonstrava não aceitar a morte de seu pai, sendo sempre invadido pelo ímpeto de contar algo a ele ou de achar que ele estivesse chegando, embora jamais tivesse se esquecido de que havia morrido. Além disso, censurava-se “por não ter estado presente à hora de sua morte” (ibidem, p. 155), sobrevivendo a sensação de ser um criminoso. Por meio da psicanálise do paciente, Freud descobriu que tal autocensura, embora aparentemente injustificada, já que o paciente de fato nada podia ter feito para evitar a morte de seu pai, “pertence a algum outro contexto, o qual é desconhecido (inconsciente) e que exige ser buscado” (ibidem, p. 157).

Assim, a culpa era advinda de alguma outra situação vivenciada pelo paciente e guardada em seu inconsciente, preexistente e desvinculada ao fato de não estar presente no momento da morte de seu pai. A falsa justificativa pela autocensura (não estar presente no momento da morte de seu pai) substituía a verdadeira – e inconsciente – justificativa (descoberta pela psicanálise como sendo o desejo de que seu pai morresse e não mais o impedisse a satisfação de suas pulsões). Assim, Freud ensina:

O conteúdo ideativo conhecido só entrou em sua posição real graças a uma falsa conexão. Não estamos acostumados a sentir fortes afetos, sem que eles tenham algum conteúdo ideativo; e, portanto, se falta o conteúdo que seja, de uma ou de outra forma, apropriado, com a mesma intensidade com que a nossa polícia, não podendo agarrar o assassino certo, prende, em seu lugar, uma pessoa errada. Além disso, esse fato de existir uma falsa conexão é o único meio de se responder pela impotência dos processos lógicos para combater a ideia atormentadora (ibidem, p. 157).

Neste sentido, esclarecendo e elaborando a analogia utilizada no trecho acima por Freud, o assassino errado seria sua ausência no momento da morte de seu pai. O assassino certo seria o desejo inconsciente de que seu pai morresse. A culpa consciente do paciente

(autocensura) agarrou o assassino errado, porém, diante da ilógica conexão de sua justificativa, deu pistas para a descoberta do assassino certo, antes preso somente em seu inconsciente.

Assim, segundo Freud, **a admiração extrema por seu pai escondia o ódio a ele pela proibição sexual. O desejo de que seu pai morresse foi recalçado, porém o medo obsessivo de que tal fato ocorresse demonstrava justamente o desejo pelo mesmo fato.** Por isso, nas suas palavras, “todo medo correspondia a um desejo primeiro, agora reprimido” (ibidem, p. 160).

Retomando a explicação apresentada em *Atos obsessivos e práticas religiosas*, de 1907, os sintomas obsessivos seriam, pois, uma proteção ao paciente – na medida em que encobrem a verdadeira justificativa inconsciente para sua culpa – e uma autopunição – na medida em que também trazem restrições ao curso normal de sua vida.

Após tal descoberta em análise, o paciente, embora ainda resistente em acreditar que tivesse experimentado tal desejo contra seu pai, admite que experimentou ambivalência similar com relação ao seu irmão mais novo: gostavam-se muito, mas também brigaram muito; eram inseparáveis, mas sentia ciúmes por supô-lo mais forte, bonito e favorito. Assim, confessa um “ato criminoso” cometido contra seu irmão, não lembrando com exatidão a data, mas assegurando ter sido antes dos seus oito anos, pois ainda não frequentava a escola: carregou sua espingarda de brinquedo com uma vareta; pediu que o irmão olhasse para o cilindro, enganando-o de que veria alguma coisa; e puxou o gatilho. Seu irmão não se feriu, pois foi atingido na testa, e não no olho, mas o paciente reconhece que sua intenção era de feri-lo. Curiosamente, Freud relata que o paciente, antes de narrar sua confissão, cita um trecho de Nietzsche<sup>2</sup>, dizendo: “‘Eu o fiz’, diz minha Lembrança. ‘Eu não posso ter feito isto’, diz meu Orgulho, e permanece inexorável. No final... a Lembrança cede” (ibidem, p. 163). De fato, a lembrança cedeu, mas à custa dos sintomas psiconeuróticos e do processo psicanalítico.

Alguns anos depois, em 1913, Freud reafirma tal relação entre moral sexual e psiconeuroses em *Totem e tabu*, mais adiante exposto neste trabalho, identificando a **estreita relação antagônica entre a proibição dos tabus e o desejo genuíno, porém recalçado, de corrompê-los, causa de desconfortos e sentimentos ambivalentes, às**

---

<sup>2</sup> Da obra, *Além do bem e do mal*.

**vezes patológicos, no indivíduo civilizado.** Aí está a importância do conceito de sublimação, a ser mais bem esclarecida neste trabalho, que oferece uma forma saudável de dar voz às pulsões sexuais recalçadas em atividades socialmente aceitas, aparentemente desvinculadas da conotação sexual.

Conforme visto, Freud traça um paralelo entre psiconeuroses, moralidade e sexualidade, lançando mão do conceito de culpa como consequência do recalçamento da hostilidade, diante do conflito entre desejo e proibição. Segundo Freud, nossa civilização está fundada na culpa e no domínio dos desejos proibidos, que devem tomar outros destinos socialmente aceitos para manter esta unidade fraternal. **Caso algum dos sujeitos não conquiste este domínio sobre si e quebre o contrato social, será considerado um criminoso – ou “louco” – tal qual o “homem dos ratos” sentia-se.**

## 2.2.5 OS DESTINOS DAS PULSÕES

Em *Os instintos e seus destinos* (1915), Freud explicita os caminhos que as pulsões podem tomar na constituição psíquica dos indivíduos, consolidando as reflexões já trazidas sobre o tema em seus casos clínicos.

Inicia sua explanação apontando a diferença entre estímulos fisiológicos (instintos do Eu ou de autoconservação) e estímulos pulsionais (pulsões sexuais). Em alemão, o conceito por ele utilizado era *Trieb*, que pode ser traduzido como “instinto” ou “pulsão”, este último a ser adotado neste trabalho.

O conceito de pulsão também é um dos pilares da teoria sexual de Freud e, por isso, deve ser compreendido para construir as bases do conceito de culpa. Entender a força da pulsão e como o sujeito maneja-a, bem como o destino que consegue dar a esta força, é primordial para refletir como a culpa entra no jogo do destino das pulsões e como isto pode fazer toda a diferença na determinação do patológico ou do “normal”.

Os **estímulos fisiológicos** sempre se manifestam em um momento agudo, de maneira específica, e somente podem ser satisfeitos também de forma única, como, por exemplo, a fome e a sede, que apenas são saciadas mediante o alimento e o líquido, respectivamente. Os estímulos desta natureza, como já mencionado, são aqueles chamados de pulsões do Eu ou de autoconservação. A eles é possível aplicar as regras do esquema de arco-reflexo, explicitado pela fisiologia, por meio do qual um estímulo externo ao indivíduo

provoca uma ação neste, com vias a afastar ou eliminar o elemento estimulante (Freud, 1915, p. 55).

Já os **estímulos pulsionais** agem como uma força crônica e constante, de maneira inespecífica, e podem ser satisfeitos de formas diversas. Os estímulos desta natureza são chamados de pulsões sexuais. De fato, percebe-se que as necessidades sexuais são saciadas por meio de atividades sexuais diversas ou, ainda, atividades não propriamente sexuais. De qualquer forma, por serem forças constantes, jamais são saciadas por completo, independentemente da forma como são escoadas. Ademais, estão regidas pelo princípio do prazer, ou seja, reguladas pelas sensações de prazer, quando se consegue a diminuição dos estímulos, ou desprazer, quando os estímulos aumentam. A aplicação do esquema do arco-reflexo, portanto, não serve de base para entender as pulsões sexuais, já que afastar ou eliminar os estímulos torna-se uma tarefa inevitavelmente frustrada, vez que crônicos e constantes, uma fonte inesgotável enquanto houver vida no organismo (ibidem, p. 56).

Trazidas estas distinções entre estímulos fisiológicos e pulsionais, Freud reforça que a pulsão trata-se de “um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (ibidem, p. 57). No início da vida anímica, inclusive, **os estímulos sexuais estão apoiados aos estímulos de autoconservação** (teoria do apoio), desligando-se destes aos poucos, mas jamais por completo.

Depois de elucidar esta distinção, Freud destrincha o conceito de **pulsão sexual** segundo as seguintes características: impulso, meta, objeto e fonte. O impulso declara a pulsão sexual como uma atividade de caráter essencialmente impulsivo. A meta da pulsão sexual é sempre a satisfação, sempre fadada a ser parcial, em razão de sua persistência crônica, havendo diversas formas de se conseguir tal objetivo. O objeto da pulsão sexual, diante das variadas formas de se alcançar a meta, também é extremamente variável. A fonte da pulsão sexual está sempre associada a alguma parte do corpo, ou seja, têm múltiplas fontes orgânicas, correspondentes às zonas erógenas oral, anal e genital. Inicialmente, estas fontes atuam independentes umas das outras e, ao longo da evolução do indivíduo, agem em uma síntese, mais ou menos completa, mas jamais integralmente, a ser conquistada quando da maturidade genital púbere (ibidem, p. 63).

Assim, os **destinos** das pulsões sexuais são variáveis, conforme já elucidado pelas características acima, e foram classificados por Freud tais como: a reversão ao contrário, o voltar-se contra a própria pessoa, a repressão (ou recalque) e a sublimação (ibidem, p. 64).

Na **reversão ao contrário**, tem-se: a inversão de conteúdo, de amor em ódio, com meta e o objeto inalterados; e a inversão da meta, de ativa em passiva, com o objeto e o conteúdo inalterados (ibidem, p. 65).

Na inversão de conteúdo, o amor é convertido em ódio e ambos estão dirigidos simultaneamente para o mesmo objeto, constituindo o cerne da ambivalência afetiva de que sofrem todos os indivíduos. Tal inversão tem origem nos primórdios da evolução narcísica do indivíduo, quando é marcado pela antítese Sujeito (Eu) – Objeto (Não Eu, mundo externo), na qual o Eu é confundido com a fonte de prazer e o Não Eu, primeiramente, é indiferente, mas, à medida que se diferencia interior de exterior, este é confundido com a fonte de desprazer. Os estímulos externos prazerosos são incorporados como sendo de si próprio – amados e atraídos para o Eu – e os estímulos internos desprazerosos são segregados de si como se fossem externos – odiados e repudiados para longe do Eu. A ambivalência amor-ódio reside nos mecanismos autoeróticos da fase oral (incorporar e devorar) e da fase anal (apoderar), ambos significando amor ao objeto, trazendo-o para o Eu, nem que, para tanto, isto signifique exterminar, danificar e aniquilá-lo. O amor (querer para si), pois, é confundido com o ódio (querer para longe de si ou o extermínio), sempre paradoxalmente dirigidos ao mesmo objeto, fonte de prazer (ibidem, p. 71-81).

Na inversão da meta, de ativa em passiva, compreendem-se os pares de opostos sadismo-masiquismo e voyeurismo-exibicionismo. Freud esclarece que as pulsões do sadismo (atividade de violência contra outra pessoa) ou do voyeurismo (atividade de olhar outrem) têm como atividade dirigida a outro objeto externo. Se este outro objeto for abandonado, as pulsões voltam-se para a própria pessoa, transformando a meta ativa em passiva. À medida que se busca outra pessoa como objeto, mantendo-se a meta passiva, tem-se o masiquismo (atividade com outrem de violência contra si) e o exibicionismo (atividade de deixar-se ser olhado), como a inversão do sadismo e do voyeurismo, respectivamente. Embora haja esta inversão, de meta ativa em passiva, as pulsões continuam tendo seu caráter ativo (ibidem, p. 69), sempre implicando em uma atividade passiva, paradoxalmente, não significando isto uma contradição. A determinação desta

reversão depende da organização narcísica do Eu, ou seja, carrega as marcas desta fase inicial da evolução do Eu, quando as pulsões sexuais têm satisfação autoerótica, isto é, têm como objeto o próprio corpo, ativa e passivamente (ibidem, p. 70). Os pares de opostos sadismo-masiquismo e voyeurismo-exibicionismo são determinados, pois, pela maneira com que o indivíduo atravessou o estágio preliminar do narcisismo.

No **voltar-se contra a própria pessoa**, tem-se a inversão do objeto, permanecendo a meta inalterada. Freud ensina que todo masiquismo (prática de violência contra si) tem como origem o sadismo, isto é, o masiquismo é a volta da pulsão do sadismo contra a própria pessoa. Assim, a meta é sempre a mesma, qual seja, escoar a pulsão sádica, invertendo apenas o objeto, do não-Eu para o Eu (ibidem, p. 65). O retorno das pulsões sexuais contra a própria pessoa seria um retorno ao objeto narcísico e é determinado, pois, pelas marcas deixadas na evolução do narcisismo primário do indivíduo.

Para a **repressão** (ou recalque), Freud dedicou-se a tecer uma obra específica, intitulada *A repressão*, de 1915. Este seria um dos possíveis destinos das pulsões, definido por ele como a busca de tornar as pulsões sexuais inoperantes, refugiadas ao inconsciente. Tal recurso dá-se quando a permanência das pulsões sexuais no consciente traz desprazer, em razão da impossibilidade de serem satisfeitas diretamente. Porém, trata-se de um mecanismo que não atinge à sua finalidade, qual seja, tornar inoperantes as pulsões, já que a fuga ao inconsciente não significa estar fora de ação, mas, sim, estar apenas inacessível ao consciente. Como bem dito por Freud, “o Eu não pode fugir de si mesmo” (Freud, 1915, p. 83). O resultado do recalque seria, pois, a existência de atividades conscientes de causas inconscientes, ou seja, aparentemente desligadas de sua origem pulsional inconsciente, que tomam lugar na consciência por meio dos sintomas neuróticos, como substitutos dos objetos recalcados.

Para a **sublimação**, Freud não dedicou um capítulo específico, porém sempre suscitou este conceito dentro de sua teoria, ao longo de toda a sua obra. O conceito foi por ele destrinchado primeiramente em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em 1905, para designar atividades literárias, artísticas e intelectuais, que não têm relação aparente com a sexualidade, mas que têm como fonte as pulsões sexuais, deslocando-se para alvos não sexuais socialmente valorizados (Roudinesco, 1998, p. 734).

O termo ‘sublimação’ é derivado das belas artes (sublime), sugerindo algo elevado e admirável, já que este mecanismo psíquico trabalha em busca da aceitação social; da química (sublimar: passagem do estado sólido para o gasoso), suscitando algo que passa de um estado sexual para outro não sexual; e da psicologia (subliminar), na medida em que não diz direta e exatamente a que veio, visto que da meta não sexual, na verdade, escoam pulsões sexuais (Laplanche, 2001, p. 495).

Segundo Nasio (1997, p. 77), “a sublimação é a única noção psicanalítica capaz de explicar que obras criadas pelo homem - ...-, distantes de qualquer referência à vida sexual, sejam produzidas, ainda assim, graças a uma força sexual nascida de uma fonte sexual”.

Freud, apesar de sempre haver suscitado o conceito, deixou uma lacuna quanto à utilização do processo de sublimação no campo prático da psicanálise (Laplanche, 2001, p. 497). Apesar desta lacuna, Freud ressaltou a importância da sublimação como um mecanismo psíquico eficiente para afastar os comportamentos socialmente desagradáveis das psiconeuroses.

É nestas duas modalidades de destino das pulsões, recalque e sublimação, que a culpa tem o seu maior destaque, ao fazer com que pulsões indesejáveis e socialmente proibidas tomem caminhos diversos daqueles da satisfação direta: no recalque, ficando escondidas no inconsciente, mas se manifestando anonimamente na consciência; ou, na sublimação, sendo destinadas a outros objetos, socialmente aceitos, também no anonimato, mas sempre na impossibilidade de serem escoadas por completo. Nestas duas opções de destino das pulsões, a culpa está presente, mas a sublimação seria a opção mais sadia e bem sucedida para o sujeito e para a sociedade, ao passo que o recalque pode trazer consequências patológicas indesejáveis para o sujeito e, também, portanto, para a sociedade.

## 2.3 A RENOVAÇÃO DA TEORIA DE FREUD E SUA SEGUNDA TÓPICA

### 2.3.1 PULSÃO DE VIDA E PULSÃO DE MORTE

Seguindo com a sua prática psicanalítica ao longo da segunda década do século XX, Freud percebeu que muitos pacientes deixavam ou continuavam o tratamento sem qualquer melhora, muito embora a origem dos sintomas enquanto voz do inconsciente pudesse ser escutada.

Já tentando resolver este impasse, em 1914, na obra *Recordar, repetir e elaborar*, Freud descreve que, **quando o analisando não recorda o que foi recalçado, ele o repete como ato, sem saber a relação deste com o esquecido**. Neste sentido, a repetição do sintoma é o “modo de recordar” o recalçado (Freud, 1914, p. 201). O tratamento psicanalítico consiste em: repetir, ou seja, deixar que aquela repetição reproduza-se na relação de transferência com o analista; recordar, ou seja, identificar e afastar a resistência do analisando em chegar ao esquecido, reconciliando-se com este; e elaborar, ou seja, dar tempo para que o analisando resignifique a lembrança e, apesar dela, prossiga sem que tenha de levá-la ao ato.

Somente em 1920, na obra *Além do princípio do prazer*, Freud envereda suas reflexões para, enfim, **dar conta de esclarecer as razões pelas quais algumas psiconeuroses insistem em manter-se, mesmo após desvendadas suas origens em um processo psicanalítico**. Além da busca por esta resposta, Freud também estava **atônito com a capacidade do ser humano em procurar destruição e morte**, tendo em vista a Primeira Guerra Mundial.

Assim, considerando que apenas o conceito de princípio do prazer não era suficiente para esclarecer tais questões, Freud trabalhou na **reformulação da teoria das pulsões**, trazendo o conceito de pulsão de morte, ao lado da pulsão de vida.

Para chegar a tal conclusão, Freud retomou o princípio do prazer como derivado do princípio da constância, ou seja, tendo como finalidade diminuir a tensão e voltar à estabilidade. No decorrer da vida, por ingerência da pulsão de autoconservação do Eu, o princípio do prazer vai abrindo espaço ao princípio da realidade, por meio do qual, embora a finalidade continue sendo diminuir a tensão e voltar à estabilidade, admite-se temporariamente o desprazer e adia-se a obtenção de prazer de forma diferenciada, levando-se em consideração às exigências sociais.

Porém, apenas o princípio da realidade não explicava outra fonte de desprazer, qual seja, aquela provocada pelo próprio sintoma das psiconeuroses, que insistiam em repetir-se inadvertidamente, contrariando o princípio do prazer e da realidade.

Freud conjectura que tal insistência em repetir uma fonte de desprazer provenha da insistência da matéria animada em voltar às suas origens inanimadas – daí porque nomear tal propensão de pulsão de morte. Assim, nas palavras de Freud, se “os atributos do vivente

foram suscitados na matéria inanimada” (Freud, 1920, p. 204), pode-se supor que “a tensão que sobreveio, na substância anteriormente inanimada, procurou anular a si mesma; foi o primeiro instinto, o de retornar ao inanimado” (ibidem, p. 205). Deste raciocínio sobre a pulsão de morte, Freud concluiu que, inevitavelmente, toda vida pulsional serve à realização da morte, daí a paradoxal dualismo entre pulsão de vida (*Eros*) e pulsão de morte (*Thanatos*) (ibidem, p. 205).

Esta constante busca da pulsão de morte pela volta ao estado inanimado, ou seja, pela ausência absoluta de tensão, portanto, seria a razão pela qual o homem busca a destruição: se voltada para o interior, autodestruição; se voltada para o exterior, agressão aos demais. Estão justificados, pois, os comportamentos repetitivamente desprazerosos dos sintomas psiconeuróticos e os comportamentos destrutivos do homem em relação a si e a outrem, em busca da ausência absoluta de tensão, conflito e desprazer.

Mais tarde, estes conceitos de pulsão de vida e de morte serão retomados por Freud, em *O mal-estar na civilização* (1930), a fim de traduzir a **dicotomia entre o processo civilizatório e a hostilidade primitiva do homem**, bem como esclarecer a função da culpa para a manutenção do equilíbrio neste combate.

**Concomitantemente a estas considerações pessimistas acerca do humano, Freud vai tecendo sua teoria social**, inaugurada na obra *Totem e Tabu* (1913), já citada acima e mais adiante mais bem explicitada. Em meio a estas reflexões, o tema da culpa terá seu lugar privilegiado dentro do amadurecimento da teoria de Freud, na passagem da primeira para a segunda tópica.

### 2.3.2 O AMADURECIMENTO DO CONCEITO DE COMPLEXO DE ÉDIPO

O complexo de Édipo é o conceito principal da teoria de Freud, cujo embrião já se fazia presente desde sua obra fundadora, *A interpretação dos sonhos* (1900), quando começava a desvendar a ambivalência experimentada pelas crianças em relação a seus pais, no subcapítulo “Sonho sobre a morte de pessoas queridas”, do capítulo “Sonhos típicos”, já acima referidos.

Assim, a ideia sobre o complexo de Édipo já permeava seu raciocínio, porém esta nomeação foi pela primeira vez assim referida por Freud um pouco mais tarde, em 1910, no

texto *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à psicologia do amor I)* (Freud, 1910, p. 177).

Tal conceito central foi então sendo desenvolvido ao longo da primeira tópica, tecendo uma teoria bastante coesa e coerente, chegando ao seu amadurecimento na segunda tópica, consolidada na obra *O Eu e o Id* (1923), cujo trecho mais específico encontra-se abaixo transcrito:

Simplificadamente, o caso se configura da forma seguinte para o menino. Bastante cedo ele desenvolve um investimento objetal na mãe, que tem seu ponto de partida no seio materno e constitui o protótipo de uma escolha objetal de 'apoio'; do pai o menino se apodera por identificação. As duas relações coexistem por algum tempo, até que, com a intensificação dos desejos sexuais pela mãe e a percepção de que o pai é um obstáculo a esses desejos, tem origem o complexo de Édipo. A identificação com o pai assume uma tonalidade hostil, muda para o desejo de eliminá-lo, a fim de substituí-lo junto à mãe. Desde então é ambivalente a relação com o pai; é como se a ambivalência desde o início presente na identificação se tornasse manifesta. A postura ambivalente ante o pai e a relação objetal exclusivamente terna com a mãe formam, para o menino, o conteúdo do complexo de Édipo simples e positivo.

Com o desmoronamento do complexo de Édipo, o investimento objetal na mãe tem que ser abandonado. Em seu lugar pode surgir uma identificação com o pai. Costumamos ver este segundo desfecho como o mais normal; ele permite conservar, em alguma medida, a relação terna com a mãe. Graças à dissolução do complexo de Édipo, a masculinidade no caráter do menino experimentaria uma consolidação. De modo inteiramente análogo, a postura edípica da menina pode resultar num fortalecimento (ou no estabelecimento) de sua identificação com a mãe, que fixa o caráter feminino da criança.

Tais identificações não correspondem à nossa expectativa, pois não introduzem no eu o objeto abandonado; mas esse desfecho também ocorre, e pode ser observado mais facilmente nas garotas do que nos meninos. Com muita frequência a análise nos revela que a menina, após ter de renunciar ao pai como objeto amoroso, põe à frente sua masculinidade e se identifica não com a mãe, mas com o pai, ou seja, o objeto perdido. A questão, claramente, é se suas disposições masculinas são fortes o bastante – não importando em que consistam (Freud, 1923, p. 39-41).

Em suma, o complexo de Édipo nos meninos dá-se da seguinte forma: após suas investigações a respeito da origem dos bebês e suas descobertas acerca da diferença entre os sexos, os meninos acreditam que a perda do pênis pelas meninas se deve à castração, de que eles também estão ameaçados em razão do desejo de possuir exclusivamente sua mãe e de não dividi-la com seu pai ou com seus outros interesses. Assim, sob esta ameaça de castração, resolvem o complexo de Édipo renunciando ao seu desejo inicial em relação à mãe e identificando-se com o pai, carregando toda a culpa por tais desejos proibidos e não

realizados – inicia-se, pois, o período de latência dos meninos, a partir do qual serão inscritos na cultura e nas regras sociais.

Com relação às meninas, Freud descreveu mais especificamente a dinâmica do complexo de Édipo em outra obra, já também na segunda tópica, *Sexualidade feminina*, em 1931, da qual se destaca o seguinte trecho:

Inteiramente diferentes são os efeitos do complexo de castração na mulher. Ela reconhece o fato de sua castração, e, com ele, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade, mas se rebela contra esse estado de coisas indesejável. Dessa atitude, dividida, abrem-se três linhas de desenvolvimento. A primeira leva a uma revulsão geral à sexualidade. A menina, assustada pela comparação com os meninos, cresce insatisfeita com seu clitóris, abandona sua atividade fálica e, com ela, sua sexualidade em geral, bem como boa parte de sua masculinidade em outros campos. A segunda linha a leva a se aferrar com desafiadora auto-afirmatividade à sua masculinidade ameaçada. Até uma idade incredivelmente tardia, aferra-se à esperança de conseguir um pênis em alguma ocasião. Essa esperança torna o objetivo de sua vida e a fantasia de ser um homem, apesar de tudo, frequentemente persiste como fator formativo por longos períodos. Esse ‘complexo de masculinidade’ nas mulheres pode também resultar numa escolha de objeto homossexual manifesta. Só se seu desenvolvimento seguir o terceiro caminho, muito indireto, ela atingirá a atitude feminina normal final, em que toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a forma feminina do complexo de Édipo. Assim, nas mulheres, o complexo de Édipo constitui o resultado final de um desenvolvimento bastante demorado. Ele não é destruído, mas criado pela influência da castração; foge às influências fortemente hostis que, no homem, tiveram efeito destrutivo sobre ele e, na verdade, com muita frequência, de modo algum é superado pela mulher. Por essa razão, também, nela as consequências culturais de sua dissolução são menores e menos importantes. Provavelmente não estaríamos errados em dizer que é essa diferença na relação recíproca entre o complexo de Édipo e o de castração que dá seu cunho especial ao caráter das mulheres como seres sociais (Freud, 1931, p. 237-238).

As meninas, inicialmente, acreditam que o pênis delas ainda irá crescer, mas, à medida que tal expectativa não ocorre, passam a acreditar que a mãe não lhe deu tudo o que poderia, pois lhe faltou o pênis. Assim, sob esta inveja do pênis, passam a ter o pai como o objeto de seu desejo, tal como o faz sua mãe, que também não tem pênis. Com isso, instaura-se o complexo de Édipo na menina, ou seja, um pouco mais tarde do que nos meninos, pois somente será resolvido quando a menina renunciar ao seu desejo em relação ao pai sob a ameaça de perder o amor de ambos, pai e mãe, adentrando no mundo da feminilidade. Ressalte-se que a ameaça de que sofrem as meninas para renunciar ao seu desejo é mais branda e sutil do que a dos meninos, pois já são castradas e não estão sob uma ameaça física, mas emocional – daí porque se diz que a formação moral das meninas é

muito mais flexível do que a dos meninos. As meninas, futuramente, podem ter a oportunidade de uma realização fálica, “suprindo” esta falta com a maternidade ou, ainda, outros interesses em que exercem sua independência e sua atividade em relação ao outro (“masculinidade”).

Também acerca do complexo de Édipo, Freud aponta para a ambivalência pela qual as crianças têm de passar, lidando com sentimentos de amor e ódio em relação aos seus pais, **e toda a culpa que emana por sentir ódio de quem também ama**, tendo de se situar diante da falta e sendo atravessados pela castração. A constatação de que a mãe não tem tudo (para meninos e meninas) e de que não lhe deu tudo (para meninas) impõe que a criança tenha de tramitar simbolicamente a questão da castração, ou seja, da falta.

A noção do complexo de Édipo também se mostra importante para compreender o conceito de narcisismo e de constituição do Eu.

Em *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud explica o conceito de narcisismo, que, para ele, não é utilizado para designar uma perversão, no sentido que “o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse o de um objeto sexual” (Freud, 1914, p. 14), mas a fase inicial da evolução do Eu na qual as pulsões sexuais têm uma satisfação autoerótica.

É esperado que o indivíduo saudável mantenha um investimento narcísico (libido do Eu) na sua economia libidinal, em equilíbrio com o investimento objetal (libido de objeto). Do estudo do narcisismo, Freud esclarece as questões relativas à escolha do objeto sexual pode ser originariamente de dois tipos: busca a si mesmo (narcísico) ou à mulher que o cria (de apoio), disto derivando todas as possíveis inclinações sexuais dos indivíduos, homo ou heterossexuais.

Freud mais tarde ensina que o processo primordial para a constituição do Eu como objeto libidinal é justamente o complexo de Édipo, que é determinado pela ameaça de castração (nos meninos) e inveja do pênis (nas meninas). Antes, as crianças ainda tomavam a si como “Eu ideal” (narcisismo primário, “sua majestade, o bebê”). Por meio da resolução do complexo de Édipo, porém, a criança não mais tem a si como completa, pois foi barrada em seus desejos, sendo impelida a se inscrever dentro das regras sociais da cultura (formação do “ideal do Eu”). **Barrados, meninos e meninas têm de se haver com a falta e a incompletude, passando do “Eu ideal” para o “ideal do Eu”, sempre almejando completar esta falta e ser novamente o “Eu ideal”, que, porém, jamais será alcançado**

**e sempre será marcado pela culpa de um dia ter desejado o proibido e, inconscientemente, de forma recalçada, ainda desejar.** Nas palavras de Freud:

Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pôde mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal (Freud, 1914, p. 40).

### 2.3.3 EU, ID E SUPER-EU

Retomando as ideias lançadas em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud renova sua teoria e formula sua segunda tópica em *O Eu e o Id*, em 1923, apresentando uma nova estrutura psíquica, dividida entre **Eu**, **Id** e **Super-eu**.

Esta segunda estruturação da teoria de Freud sobrepõe-se e complementa o raciocínio da primeira tópica, antes adstrito apenas às estruturas do **consciente** (conteúdo da percepção imediata), **pré-consciente** (conteúdo inconsciente latente e munido de representação verbal) e **inconsciente** (conteúdo recalçado).

Freud afirma que o **Eu** é a “organização coerente dos processos psíquicos na pessoa” (Freud, 1923, p. 20), que domina a descarga das excitações no mundo externo e empenha-se em colocar o princípio da realidade no lugar do princípio do prazer. É o Eu que dorme durante o sono, porém, mesmo assim, é ele que exerce a censura dos sonhos, deformando o conteúdo latente em manifesto. A parcela do Eu que é coerente à pessoa mostra-se consciente, mas, também, tendo em vista que é o Eu que exerce o recalque e a resistência, tais processos de defesa e seus próprios conteúdos mostram-se inconscientes. A inovação deste raciocínio de Freud é que, ao invés da dicotomia entre consciente e inconsciente, temos a dicotomia entre o Eu coerente e o Eu recalçado.

Já o **Id** é regido pelo princípio do prazer, sendo ele o grande reservatório da libido. Contém o conteúdo recalçado, embora com este não se confunda. Freud esclarece que o indivíduo é “um Id [um algo] psíquico, irreconhecido e inconsciente” (ibidem, p. 30) e que, à medida que o indivíduo vivencia experiências, o Eu vai sendo formado com base no sistema de percepção, recobrindo o Id.

Nas palavras de Freud, “o Eu representa o que se pode chamar de razão e circunspeção, em oposição ao que contém as paixões” (ibidem, p. 31). Fazendo uma bela analogia, prossegue sua explicação:

Assim, em relação ao Id ele [o Eu] se compara ao cavaleiro que deve pôr freios à força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com suas próprias forças, e o Eu, com forças emprestadas. Este símile pode ser levado um pouco adiante. Assim como o cavaleiro, a fim de não se separar do cavalo, muitas vezes tem de conduzi-lo aonde ele quer ir, também o Eu costuma transformar em ato a vontade do Id, como se ela fosse a sua própria (Freud, 1920, p. 31).

Completando seu raciocínio, Freud descreve o **Super-eu** ou **ideal do Eu** como sendo uma diferenciação no interior do Eu responsável por reforçar sua autoridade sobre o Id, sendo o herdeiro do complexo de Édipo (ibidem, p. 45), ou seja, é resultado da renúncia do indivíduo em nome da conservação da lei e do amor dos pais.

Assim, por meio deste elaborado raciocínio da segunda tópica, Freud criou uma maior flexibilidade em sua teoria, para melhor esclarecer a complexidade do aparelho psíquico. Em suma, o Eu faz a mediação entre os desejos amorais do Id e o Super-eu aponta o caminho ideal para onde se deve seguir. O caminho apontado pelo Super-eu é o da civilização, contenção, ausência de conflitos e lei – missão esta impossível de se concretizar perfeitamente, pois o conflito está posto pelos gritos inconscientes do Id. Tanto o Eu como o Super-eu possuem parcelas conscientes e inconscientes, a serviço de conter, apaziguar e calar o Id, sempre inconsciente, amoral, “associal” e falante sem voz. Por isso, a pulsão de morte insiste em vislumbrar no estado inanimado a única saída para o fim da tensão – não sem razão, embora o paradoxal seja justamente a insistência da pulsão de vida em buscar o prazer, apesar imparcial, imperfeito e constantemente adiado.

**A culpa, dentro da dinâmica da segunda tópica, estará colada ao Super-eu, sempre indicando caminhos que, embora não satisfaçam o Id, são os únicos a manter unidos os sujeitos, inclusive a si próprio, em uma proteção social de contenção à violenta irrupção das pulsões, sendo o Eu responsável por apaziguar ambos os lados.**

Aproveitando-se desta nova estrutura da segunda tópica, na obra *Neurose e psicose*, de 1924, Freud concluiu que “a neurose seria o resultado de um conflito entre o Eu e seu Id, enquanto a psicose seria o análogo desfecho de uma tal perturbação nos laços entre o Eu e o mundo exterior” (Freud, 1924, p. 177). Neste sentido, a neurose é a consequência da internalização das exigências da civilização, inaugurando o conflito interno entre o Eu e o Id. Já na psicose, não houve a internalização das exigências da civilização, permanecendo o conflito entre o Eu, indiferenciado em Super-eu, e o mundo exterior. **As psicoses, pois, não**

**irromperiam o caminho da culpa, já que as regras permaneceram fora do Eu, no mundo externo, sendo este o objeto de ataque no conflito a ser travado pelo indivíduo.**

Em qualquer dos casos, neurose ou psicose, Freud ensina que a origem das psicopatologias é sempre uma **frustração** (ibidem, p. 181), ou seja, a constatação do indivíduo que seus desejos infantis jamais poderão ser satisfeitos. Assim, o **Eu** sempre estará em combate. Resta saber quem será o inimigo a ser escolhido: o mundo interior ou o mundo exterior. No primeiro caso, Freud classifica como sendo o embate típico das neuroses e, no segundo, das psicoses.

Em *A perda da realidade na neurose e na psicose*, de 1924, Freud também esclarece que, em ambos os casos, o indivíduo estará impedido de ter acesso total à realidade, que sempre restará distorcida dentro do conflito travado pelo Eu. Na psicose, tendo em vista que o Eu entra em conflito com o mundo exterior, perde-se acesso à realidade. Na neurose, havendo o conflito do Eu com o Id, em razão das exigências externas, este acesso à realidade ocorre apenas na instauração da neurose, pois esta, no seu estágio seguinte, afrouxa a relação com a realidade e perde acesso justamente à “porção da realidade por cujas exigências produziu-se a repressão instintual” (Freud, 1924, p. 216). Esta perda da realidade, inclusive, seria a razão pela qual se dá a amnésia infantil.

Na neurose, pois, pode-se supor que houve um primeiro acesso à realidade, posteriormente para sempre perdida em razão do recalque. Na psicose, não teria havido este primeiro acesso à realidade, desde sempre recusada pelo Eu. Nas palavras de Freud (ibidem, p. 218): “Ou, de outra maneira ainda: a neurose não nega a realidade, apenas não quer saber dela; a psicose a nega e busca substituí-la”. O neurótico soube da realidade e recalcou seus instintos de combate a ela, mas se culpa por ter sido inicialmente contrário a ela e inconscientemente ainda subsistirem as pulsões, escondidos pelo recalque. O psicótico sempre recusou a realidade e nenhuma culpa teria sido criada, já que a realidade permaneceu como inimiga.

### **3 CULPA**

#### **3.1 O PAI “TOTEM” E O DESEJO “TABU”**

Em 1913, Freud escreve *Totem e Tabu*, trazendo para a psicanálise reflexões acerca das descobertas antropológicas sobre as civilizações totêmicas e seus tabus primordiais, daí encontrando a gênese do complexo de Édipo – o incesto e o assassinato do pai – e o seu resultado – a culpa e a civilização.

Primeiramente, Freud retoma a descrição do sistema totêmico: as tribos são subdivididas em grupos menores, os chamados clãs, cada qual identificado com um diferente totem, que pode ser um animal ou, mais raramente, um vegetal ou um fenômeno natural, compreendido pela tribo como sendo um antepassado comum desta e, também, seu espírito guardião (Freud, 1913, p. 22).

Os clãs totêmicos têm, fundamentalmente, duas regras sobre as quais está fundada toda a sua organização social, quais sejam: a proibição de manter relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e a proibição de matar, comer ou destruir seu totem. Tais restrições são chamadas de tabus, pois são regras de que não se sabe a origem ou razão e representam algo a ser preservado por suas características sagradas, mas, ao mesmo tempo, impuras (ibidem, p. 37).

A punição pela violação de um tabu era automática: o próprio tabu se vingaria e o próprio transgressor tornar-se-ia um tabu, proibido e impuro para a tribo. Com a evolução do conceito, a própria sociedade passou a punir os transgressores, formatando os primeiros sistemas penais (ibidem, p. 38).

Freud incita seus leitores a pensar a respeito do sistema totêmico e dos tabus, pois esta reflexão “pode lançar luz sobre a origem obscura de nosso próprio ‘imperativo categórico’”, a respeito de nossas proibições morais e convenções atuais, que parecem tão “naturais” (ibidem, p. 41), mas que, na verdade, fazem parte da criação da civilização pela humanidade, todavia não do animal homem propriamente.

Em seguida, Freud compara as proibições totêmicas às proibições do neurótico obsessivo, pois ambas têm origem “misteriosa”, causam um medo de que sua violação acarretará uma desgraça, são facilmente deslocáveis para outros objetos e acarretam a realização de atos cerimoniais (ibidem, p. 46).

Na verdade, Freud encontra as bases do sistema totêmico no complexo de Édipo: o pai da horda primeva (totem), violento e ciumento, que detinha todas as fêmeas e expulsava os filhos à medida que cresciam, foi assassinado e devorado pelos filhos (tabu). O assassinato do pai semeou um sentimento ambivalente entre os assassinos, de poder e traição, amor e ódio, satisfação e desproteção. Para que não sofressem atitude semelhante de seus próprios filhos, cada um dos filhos do pai primevo poderia ter suas fêmeas e criar seus filhos, sendo esta família marcada por um totem, que era o símbolo do pai primevo, porém aos seus filhos eram permitidas relações sexuais apenas com fêmeas de outro totem. Daí a origem das duas regras básicas do totemismo: a proibição de manter relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e a proibição de matar, comer ou destruir seu totem. Estes tabus, considerando que remetem a um ato longínquo e proibido (o assassinato do pai primevo e o incesto), tornam-se regras de que não se tem consciência da origem, mas marcam toda a estrutura da civilização. Daí também a origem das cerimônias religiosas e ocasiões festivas, de sacrifício e refeição comum do totem, ritual excepcional para reforçar a proibição e refazer o pacto pacífico entre pais e filhos.

Os filhos do pai primevo, pois, segundo Freud, “anularam o próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai” e “criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente, aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo” (ibidem, p. 147).

Freud chama a atenção para o fato de que, conforme demonstraram as descobertas da psicanálise a respeito da neurose obsessiva, “tanto a proibição como o instinto persistem: o instinto porque foi apenas reprimido e não abolido, e a proibição porque, se ela cessasse, o instinto forçaria o seu ingresso na consciência e na operação real” (ibidem, p 46). Assim, a necessidade constante da proibição – consciente – advém da persistência do instinto recalçado – inconsciente – e vice-versa, ou seja, também a atividade do instinto, embora recalçado, acarreta a necessidade da permanência da proibição. Este conflito entre proibição e desejo mostra-se continuado e imantado, pois, depois de criado, adotado e transmitido pelos seres humanos por gerações e gerações, não haverá solução para ele dentro do que conhecemos como sanidade mental. Fugir disso, para a civilização, seria o que se chama “enlouquecer”.

Após essas considerações, percebe-se que tais condições psíquicas dão causa a uma atitude ambivalente, sempre presente, mais ou menos, em todos os seres humanos. Ao mesmo tempo em que se deseja inconscientemente e constantemente realizar o ato relativo ao objeto da proibição, também se detesta conscientemente este mesmo ato, pois moralmente repugnante e proibido. Neste impasse, o desejo desloca-se constantemente em busca de outros objetos, a fim de substituir aqueles proibidos, escoando parcialmente sua satisfação sem ferir as regras da civilização. Freud chama este mecanismo de sublimação, já explicitado no presente trabalho.

Assim, diante da persistência do desejo recalçado e do tabu recalçador, tem-se necessariamente uma atitude ambivalente com relação ao tabu: “temem precisamente porque gostariam, e o medo é mais forte que o desejo” (ibidem, p. 48-49). Tendo em vista que todo exemplo incentiva a imitação e que o desejo de cometer o ato proibido reside em todos, a transgressão por um membro da comunidade poderia levar ao rompimento do pacto social também pelos demais membros, daí porque o próprio transgressor torna-se um tabu, devendo ser vingado por todos. A possibilidade de expiação da violação do tabu por meio da renúncia a algum bem ou alguma liberdade, portanto, é um fator de coesão da comunidade, que não se rende ao desejo de imitar o transgressor. Se o transgressor não renunciou ao seu desejo, a sociedade lhe imporá outra renúncia. Sobre isso, vale transcrever as palavras de Freud:

“Na verdade, este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se, sem dúvida corretamente, na pressuposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vinga. Nisto, a psicanálise apenas confirma o costumeiro pronunciamento dos piedosos: todos nós não passamos de miseráveis pecadores” (p. 84).

Também interessante notar que, à necessidade de descarga desta tensão entre proibição e desejo, Freud atribui a razão dos atos patológicos dos obsessivos (como já visto no caso clínico do “homem dos ratos”), os quais, na tentativa de conceder objetos ao desejo, exageram em atos substitutivos daqueles proibidos (“o ato obsessivo é ostensivamente uma proteção contra o ato proibido, mas, na realidade, a nosso ver trata-se de uma repetição dele”, ibidem, p. 65).

Prosseguindo neste raciocínio, Freud identificou que os desejos humanos e a onipotência dos pensamentos configuram as bases do animismo (crença do ser humano em

conferir um caráter vivo aos objetos inanimados) e, este, das religiões. O homem primitivo conferia uma ênfase grande aos seus desejos e, acreditando na onipotência dos seus pensamentos, fazia da magia uma forma de concretização. Também os neuróticos, por via da crença na onipotência de seus pensamentos, faz dos atos obsessivos uma expiação de sua **culpa**, justamente por crerem que seus desejos internos, ainda que não concretizados, são onipotentes. Nas palavras de Freud:

“Um neurótico obsessivo pode ser oprimido por uma sensação de culpa que seria adequada para um grande assassino, embora, na realidade, de sua infância em diante, tenha-se comportado para com os seus concidadãos como o mais escrupuloso e respeitável membro da sociedade. Não obstante, sua sensação de culpa tem uma justificativa: está fundada nos intensos e frequentes desejos de morte contra os seus semelhantes que estão inconscientemente em ação dentro dele. Tem uma justificativa se levarmos em consideração os pensamentos inconscientes e não os atos intencionais. Assim, vê-se que a onipotência de pensamentos, a supervalorização dos processos mentais em comparação com a realidade, desempenha um papel irrestrito na vida emocional dos pacientes neuróticos e em tudo que dela se deriva” (ibidem, p. 97).

Ademais, utilizando-se desta comparação entre o tabu e a neurose obsessiva, Freud traça um paralelo entre as diferentes formas de neuroses e as instituições culturais, a arte, a religião e a filosofia: a histeria é a caricatura de uma obra de arte; a neurose obsessiva, de uma religião; e o delírio paranoico, de um sistema filosófico. A divergência entre as instituições culturais e as neuroses seria que estas últimas são estruturas associativas, que não se valem da sublimação para adequar-se socialmente.

Aliás, traçando este paralelo entre neurose obsessiva, práticas religiosas e culpa, Freud já havia dedicado uma obra a respeito, em 1907, já mencionada neste trabalho, chamada *Atos obsessivos e práticas religiosas*, onde já traçava o caminho que desembocaria em *Totem e tabu*, inaugurando as obras de sua teoria social. Naquela obra, Freud esclarece que os obsessivos e os religiosos são dominados por um sentimento inconsciente de culpa (Freud, 1907, p. 113) e que seus cerimoniais servem como um ato de defesa, uma proteção contra a tensão ou, até mesmo, uma punição, já que, inconscientemente, sabem-se desejosos do proibido e pecadores.

Assim, em *Totem e tabu*, Freud já identifica a culpa como sendo o centro das neuroses e da civilização. **A culpa, em outras palavras, advém da ambivalência das**

**emoções em relação ao tabu-lei:** deseja-se transgredir o tabu-lei, mas o tabu-lei foi criado em defesa-nome do pai-totem, de quem se deseja tomar o lugar, com quem se identifica e quem deseja ser, razão pela qual o tabu-lei também foi criado em defesa-nome de si próprio, quando pai-totem for.

### 3.2 A EVOLUÇÃO FILOGENÉTICA DAS PSICONEUROSES

*Neuroses de transferência: uma síntese* (1915) é um manuscrito recém-descoberto de Freud, que, por isso, não integrou suas obras completas, porém não menos importante para esclarecer a coerência de seu raciocínio teórico. Nesta obra, ainda pouco estudada, Freud resgata a evolução da civilização humana para explicar a evolução das psiconeuroses, concluindo, pois, que **ambas, civilização e psiconeuroses, estão intimamente relacionadas.**

Assim como em *Totem e tabu*, Freud retoma os primórdios da civilização, em uma excursão à provável sucessão de acontecimentos e consequentes estratégias humanas para superar as adversidades. E Freud ensina: as psiconeuroses foram – e são – as próprias estratégias humanas para a superação das adversidades, ou seja, em determinados momentos da história, tinham uma razão de ser e uma função no enfrentamento e na sobrevivência física e emocional dos humanos. Cada fase dessa sucessão implica o surgimento de uma das psiconeuroses, que estão divididas em dois grandes grupos: **neuroses de transferência** (neurose de angústia, histeria de conversão, neurose obsessiva) e **neuroses narcísicas** (demência precoce, paranoia, melancolia-mania).

Dando continuidade a uma ideia lançada em 1912 por Fritz Wittels, Freud relata que o primata teria passado sua existência em um ambiente extremamente rico, no qual suas necessidades eram integralmente satisfeitas, remontando a noção quase que “instintiva” de que tenha existido a satisfação dos desejos e a inexistência do sofrimento, traduzido no mito do paraíso original. Contra este mundo ideal, teria sido imposta a privação dos tempos glaciais, que abalou a sequência antes infalível entre necessidade e satisfação. Agora sofrendo frio e fome, sem garantias de sobrevivência, o primata angustia-se diante dos riscos reais e iminentes. Somente quando ameaçado em sua existência, o primata dá os primeiros passos rumo ao estar e ser humano: aprende a trabalhar sua economia libidinal, antes constante, fazendo aportes entre os investimentos de objeto e os do Eu. Neste

primeiro momento, de riscos reais de sobrevivência, o até então primata desinveste sua libido objetal e incrementa sua libido do Eu, sob a forma de angústia. Esta ideia – de que necessidades psíquicas derivam-se da representação de necessidades físicas – é o que Freud nomeou como teoria do apoio. Exatamente neste primeiro momento da evolução humana, temos o surgimento da primeira psicose: a neurose de angústia. Esta construção filogenética explica por que alguns humanos apresentam angústia sem razão aparente, ou melhor, sem razões que saltem aos olhos na realidade: na verdade, a neurose de angústia apresenta-se como consequência das necessidades reais, um dia justificadas, de desinvestimento de libido objetal.

Ainda passando por tempos de privação, o homem primevo resignou-se em abdicar do prazer de procriar (um investimento de objeto) em nome da necessidade de se autopreservar (um investimento do Eu). A função desta economia libidinal era a sobrevivência, mas um de seus efeitos colaterais também veio a calhar: já que diminuído o investimento objetal, também diminuída a quantidade de relações sexuais e, portanto, diminuída a procriação. Com a escassez dos alimentos, esta capacidade de variar o investimento libidinal foi um fator favorável para a sobrevivência do homem primevo e, considerando os ensinamentos de Darwin sobre a evolução das espécies, manteve-se na espécie agora humana. Nesta fase, temos o surgimento da segunda psicose: a histeria de conversão, advinda das sobras libidinais não investidas em objetos, ou seja, sobras que não se ligaram à razão da angústia dos riscos reais, como na neurose de angústia, mas, sim, ficaram soltas sem investimento na preservação da sua existência.

Após ter aprendido a flexibilizar os investimentos libidinais, abriu-se espaço para a inteligência e a linguagem, como capacidades altamente favoráveis de enfrentar as adversidades. Assim, valorizado estava o pensamento, advindo das sobras deixadas pela diminuição da vida sexual. Nesta fase, surge a terceira psicose: a neurose obsessiva, que, justamente, é a desmedida da valorização dos pensamentos, conferindo a estes a qualidade de onipotência, por sua importância na superação das adversidades.

Disposto está, pois, filogeneticamente, o grande grupo das psicoses de transferência (neurose de angústia, histeria de conversão, neurose obsessiva), nesta primeira fase de transição entre primata e humano.

Após instalada esta dinâmica de valorização da inteligência, dos pensamentos e da linguagem, quem se destacasse nessas habilidades logo seria a referência para os demais, ou seja, o líder. Como recompensa por proteger tantos, tal líder teria o controle, inclusive sexual, das mulheres, e o respeito de todos os liderados, com uma onipotência imaginada e uma violência real, suficientes para estabelecer uma rigidez social da horda. Este líder, com o controle das mulheres, seria o pai da horda e, para manter esse controle, expulsava ou castrava seus filhos quando chegassem à idade púbere. A aplicação de tal violência faz surgir outra psicose: a demência precoce, na qual há uma desistência de qualquer objeto de amor, investimento agora voltado para o autoerotismo.

A expulsão ou fuga dos filhos do pai primevo produziu a aliança secreta destes em torno da sobrevivência e de satisfações homossexuais. Nesta fase, surge uma nova psicose: a paranoia, que tenta recalcar o desejo de tais uniões homossexuais, proibidas pois havidas em torno de alianças contra as leis do pai primevo.

Desta união entre os filhos expulsos, surgiu a força para enfrentar o pai primevo. Com o assassinato deste pelos filhos, estes enfrentaram o arrebatamento de sentimentos ambivalentes de triunfo e desproteção, surgindo, pois, a derradeira psicose: melancolia-mania, que revelam as polaridades paradoxais dos sentimentos em relação ao pai primevo assassinado.

Esclarecido, pois, o surgimento do segundo grande grupo das psicoses narcísicas (demência precoce, paranoia, melancolia-mania), conquistado na segunda fase de confirmação do humano como social.

Nas palavras de Freud, “da mesma forma como a primeira luta leva para a fase cultural patriarcal”, referindo-se ao grupo das psicoses de transferência, “a segunda leva à social”, tratando das psicoses narcísicas. Ainda transcrevendo Freud, conclui-se que “a neurose é também uma aquisição cultural” (Freud, 1915, p. 80).

Por meio desta construção filogenética das psicoses, chega-se à conclusão que o homem somente se constitui e evolui atravessando adversidades. Remontando as origens da humanidade, esta somente foi criada depois das agruras da era glacial: os primatas flexibilizaram a economia libidinal, reduziram a constância sexual, aprimoraram sua inteligência e linguagem, juntaram-se em grupos liderados pelo que mais se destacava nestas habilidades, com este se identificando e querendo tomar o lugar, daí advindo todo o

paradoxo da violência contra os objetos de identificação e, portanto, toda a culpa que emana destes sentimentos ambivalentes, de triunfo e desproteção, em razão do assassinato do pai da horda.

Desta reflexão, é possível chegar mais perto da constatação de que **todos humanos civilizados sofrem destes sentimentos ambivalentes, não havendo mais culpados ou menos culpados: todos revelam suas origens na culpa, por meio dos sintomas das psiconeuroses, acompanhados ou não de comportamentos antissociais, que, por sua vez, nesse sentido, fazem parte dos sintomas psiconeuróticos.** O objetivo de todos, porém, é um só: superar as adversidades e retornar ao mundo ideal, onde todas as necessidades reais são realmente satisfeitas, o que se mostra impossível à espécie depois que se tornou propriamente humana e cultural. A culpa faz parte de nossa conquista humana e cultural: impossível de evitar, mas passível de compreensão.

### 3.3 CULPA INEVITÁVEL DIANTE DA CONDIÇÃO HUMANA “IMPERFEITA”

Após iniciar todo este raciocínio fazendo um paralelo entre filogênese e ontogênese, Freud dá continuidade aos seus textos de ordem social, sempre tendo como objetivo o entendimento do indivíduo.

Perplexo com a Primeira Guerra Mundial, Freud aproveitou esse cenário de horror como conteúdo para suas reflexões, que deram origem ao texto *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, de 1915. Diante da inegável e brutal realidade de uma guerra, Freud entendeu que estaria por trás uma verdade inexorável: o civilizado esconde e preserva sua origem primitiva, de cunho egoísta e violento.<sup>3</sup>

Tal constatação veio confirmar todas as considerações antes já colocadas em *Totem e Tabu* (1913), a respeito da fundação do pacto social após o crime originário, ou seja, o assassinato do pai da horda. Neste sentido, os parricidas, ao se verem no lugar do pai da horda e a possibilidade de serem também assassinados pelos mesmos motivos, pactuaram

---

<sup>3</sup> Sobre a crueldade originária do indivíduo, Nietzsche estava convencido: “Qual o maior dos prazeres para homens em estado de guerra, numa comunidade pequena e sempre ameaçada, onde reina a mais severa moralidade? Para almas vigorosas, vingativas, hostis, insidiosas, desconfiadas, prontas para as coisas mais terríveis, endurecidas na privação e na moralidade? O prazer na crueldade: assim como é tido por virtude de uma alma dessas, em tais condições, ser inventiva e insaciável na crueldade. A comunidade se reanima com os atos do homem cruel e afasta de si o negrume do temor e cautela constante. A crueldade está entre as mais velhas alegrias festivas da humanidade” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 24).

regras contra a violência e a desunião: os assassinos protegeram-se da violência por eles próprios experimentada.

Em outras palavras, não se pode deixar de negar que as proibições interrompem o fluir desvairado das pulsões em nome da manutenção do pacto social dos assassinos primevos e das gerações seguintes, estas últimas formadas por homens da mesma natureza de seus antepassados e, portanto, assassinos em potencial. As guerras revelam esta verdade, concedendo a oportunidade de que tais pulsões sejam escoadas, sem que as regras sociais – ao menos do seu lado da trincheira – estejam sendo violadas. Porém, o pacto social revela-se ameaçado e deixa à mostra a fragilidade de seu laço diante da força das pulsões primitivas.

Freud, portanto, desiludido com a guerra, desconstrói as bases do otimismo acerca da natureza do ser humano, invertendo a ordem na gradação de força entre o civilizado e o primitivo, revelando que, na verdade, o que está na contramão do fluxo é a civilização, não as pulsões primitivas.

Neste sentido pessimista, para Freud, a união social perfeita seria um milagre impossível, já que seus membros têm igualmente sua origem egoísta e violenta. Em suas palavras:

“Na realidade não existe nenhuma ‘extirpação’ do mal. A investigação psicológica – em sentido mais rigoroso, a psicanalítica – mostra, isto sim, que a essência mais profunda do homem consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, que são iguais em todos os indivíduos e que objetivam a satisfação de certas necessidades originais. Esses impulsos instintuais não são bons nem maus em si. Nós os classificamos dessa forma, a eles e a suas manifestações, conforme sua relação com as necessidades e exigências da sociedade humana. Há que admitir que todos os impulsos que a comunidade proíbe como sendo maus – tomemos como representativos os egoístas e os cruéis – estão entre os primitivos” (Freud, 1915, p. 218-219).

Freud ainda esclarece que, não só nas guerras, também nas crianças esta natureza primitiva pode ser revelada. Assim, novamente fazendo um paralelo entre filogênese e ontogênese, as regras sociais devem fazer a passagem de uma oposição externa, vale dizer, vinda de outrem, para uma oposição interna, ou seja, proveniente de si próprio. Assim como aconteceu com os parricidas primevos, o que antes era uma regra imposta com violência pelo pai da horda, passou a ser um pacto social de iniciativa dos próprios filhos órfãos. Também na infância, as regras que insistentemente são impostas pelos pais no início

da vida de uma criança devem ser gradativamente internalizadas por esta e, portanto, após resolução da fase edípica, devem formar seu Super-eu, que realizará por iniciativa interna a exigência de sua observância.

### 3.4 CONSCIÊNCIA MORAL E SENTIMENTO DE CULPA INCONSCIENTE

Ao discorrer sobre *O Eu e o Id* (1923), em sua segunda tópica, Freud lança a ideia de uma psique estruturada em Eu, Id e Super-eu, conforme descrito em capítulo anterior, esclarecendo o caráter inconsciente do Id, consciente e inconsciente do Eu e consciente e inconsciente do Super-eu. Mais especificamente acerca da função da culpa nesta constituição psíquica do Eu, relacionada ao Super-eu, Freud dá ênfase ao caráter não consciente da culpa, ou seja, não se trata da consciência moral do sujeito, mas, sim, do sentimento de culpa inconsciente, que se manifesta em ato, não em palavras de ordem.

A parte do Eu inconsciente é aquela responsável por recalcar e resistir aos desejos inconscientes do Id, manipulando-os para que não se tornem conscientes. São os mecanismos de defesa do Eu contra a insuportável vinda à tona do conteúdo inconsciente do Id, o que atrapalharia uma convivência social sadia.

À medida que o Eu forma-se, encobrendo o Id, ganha força e diferencia-se o chamado Super-eu ou Ideal do Eu, que também tem sua parcela inconsciente: é o legítimo herdeiro do complexo de Édipo, ou seja, é o resultado da renúncia do indivíduo em nome do pai, de si próprio identificado com o pai e, portanto, das leis de conservação social.

Neste sentido, o Super-eu coloca-se para o Eu como sendo um ideal futuro e perfeito de identificação com o modelo do pai. Tais limites impostos pelo Super-eu mostram-se irrealis e inalcançáveis, posto que sempre haverá o desejo de transgredir as regras de conservação do pai, sendo impossível calar o Id e seus desejos inconscientes de origem, quais sejam, de matar o pai e transgredir o tabu. **Em suma, a ambivalência está posta e todos serão frustrados: o Id frustrado na satisfação dos desejos primevos, o Super-eu frustrado no alcance do ideal de identificação com o pai, o Eu frustrado ao querer conciliar e se fazer imparcial aos gritos do Id e do Super-eu.**

Assim, fundamentado nesta tensão do aparelho psíquico, forma-se o sentimento de culpa, parte consciente e parte inconsciente.

Segundo Freud, o sentimento de culpa consciente é a consciência moral do indivíduo, responsável pela manutenção dos padrões da cultura humana (religião, moral e sentimento social). O sentimento de culpa inconsciente é o verdadeiro sentimento de culpa de que se preocupa Freud, pois é ele que “tem papel decisivo num grande número de neuroses e ergue os maiores obstáculos na direção da cura” (Freud, 1923, p. 33-34).

Além da resistência à cura dos neuróticos, Freud afirma “que um acréscimo deste sentimento de culpa inconsciente pode converter um homem em criminoso” (ibidem, p. 65), retomando um raciocínio já exposto por ele anteriormente em *Totem e Tabu*. Nas suas palavras:

“Em muitos criminosos, principalmente juvenis, pode-se demonstrar que havia um poderoso sentimento de culpa antes do crime, e que, portanto, é o motivo deste, não sua consequência; como se fosse um alívio poder ligar este sentimento de culpa inconsciente a algo real e imediato” (Freud, 1923, p. 65-66).

Aliás, este raciocínio já permeava a teoria de Freud em 1916, na obra *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica*, quando descreve “os criminosos por sentimento de culpa” (Freud, 1916, p. 284). Nestes casos, leva-se em conta a culpa inconsciente, que estava presente antes do crime, sendo este utilizado para justificar a culpa, não o inverso, por mais paradoxal que possa parecer. Trata-se de um crime havido como alívio para uma culpa inconsciente anterior. Novamente, suas palavras transcritas:

“Nas crianças observamos facilmente que se tornam ‘levadas’ a fim de provocar o castigo, ficando mais tranquilas e satisfeitas depois dele. Uma posterior investigação psicanalítica nos coloca frequentemente na pista do sentimento de culpa, que fez procurar o castigo. Entre os criminosos adultos devemos excetuar aqueles que cometem crimes sem experimentar culpa, que não desenvolveram inibições morais ou creem que sua luta com a sociedade justifica seus atos. Quanto à maioria dos outros criminosos, porém, aqueles para os quais realmente foram feitos os códigos penais, uma tal motivação do crime bem poderia ser considerada, poderia iluminar pontos obscuros da psicologia do criminoso e fornecer um novo fundamento psicológico para o castigo” (Freud, 1916, p.285-286).

Disto, percebe-se que Freud aventou dois tipos de culpa: a culpa consciente, chamando-a de consciência moral, e a culpa inconsciente, chamando-a de sentimento de culpa. Ele vislumbrou, no trecho acima, porém, dois tipos de criminosos: os criminosos sem inibições morais, que não sentem necessidade de justificar seus atos ou os justificam

como sendo fruto de injustiça social; e os criminosos por sentimento de culpa, que cometem seus atos como forma inconsciente de justificar uma culpa preexistente. Os primeiros, segundo Freud, não sofreriam de culpa consciente ou inconsciente, pois, simplesmente, não se vincularam socialmente a ponto de sofrer a ambivalência dos sentimentos de querer e não poder. Segundo a lógica da segunda tópica, pode-se enquadrá-los dentro da psicose, na qual o Eu permanece em conflito com a realidade externa, eterna inimiga e culpada das frustrações do Eu. Os segundos, por sua vez, representam a maioria dos criminosos, que infringe para sofrer o castigo. Estes estariam enquadrados dentro da neurose, na qual o Eu internaliza as exigências externas e passa a travar um conflito com o Super-eu, contra as exigências do Id. Neste último caso, a culpa instaura-se e será sempre fonte de inquietação interna para o indivíduo.

### 3.5 CULPA NAS MASSAS

Além destes dois tipos de culpa, consciente e inconsciente, e de criminosos, com culpa ou sem culpa, Freud havia descrito a dinâmica do Eu frente ao fenômeno das massas, que confere ares particulares à análise da culpa e da identificação, na obra *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921).

Servindo-se do texto de Le Bon (*Psicologia das massas*, de 1912) para apresentar o tema e construir sua própria análise, Freud afirma que, na massa, o indivíduo vê-se em condições de aliviar as rédeas do recalque, deixando vir à tona do inconsciente suas pulsões primitivas. Assim, nas massas, a noção dos limites da realidade pode aceder, fazendo retornar o sentimento de onipotência que, um dia, nos primórdios da infância, cada indivíduo experimentou.

Por meio deste afrouxamento dos limites, a massa vê-se liberta das dúvidas sobre o possível-impossível e deixa-se levar pelo discurso de seu líder. Assim, ao mesmo tempo em que pode representar a vasão de pulsões inconscientes, os desejos de onipotência de cada indivíduo da massa podem ser traduzidos pelo acolhimento dos mandamentos de seu líder, de sua crença e ideologia. Nas palavras de Freud:

Para julgar corretamente a moralidade das massas, deve-se levar em consideração que, ao se reunirem os indivíduos numa massa, todas as inibições individuais caem por terra e todos os instintos cruéis, brutais, destrutivos, que dormitam no ser humano, como vestígios dos primórdios do tempo, são despertados para a livre satisfação instintiva. Mas as massas são

também capazes, sob influência da sugestão, de elevadas provas de renúncia, desinteresse, devoção a um ideal (Freud, 1921, p. 27).

Assim, as massas envolvem-se em ilusões, nas quais não se distingue real de irreal, justamente em razão do distanciamento dos limites e do retorno do sentimento de onipotência. Neste sentido, as massas são hipnotizadas e capturadas pela crença em comum, mais distanciadas da realidade e mais conectadas com as primitivas ilusões infantis de onipotência e de pertencimento ao todo, sem divisões ou limites.

Após, utilizando-se de McDougall (*The group mind*, 1920) para tecer sua própria teoria, Freud prossegue analisando o aumento da afetividade do indivíduo dentro da massa e consequente diminuição de sua crítica racional. Para Freud, o componente fundamental para evitar consequências indesejadas da irracionalidade, além de mantê-las organizadas, tal como defende McDougall, seria “prover a massa daquelas mesmas qualidades que eram características do indivíduo e que nele foram extintas pela formação da massa”, ou seja, “sua continuidade, sua consciência de si, seus hábitos e tradições, seu trabalho e colocação particular” (Freud, 1921, p. 38).

Ademais, Freud vale-se de seu conceito sobre libido para esclarecer tal passionalidade exacerbada e característica das massas. Sendo a libido a energia que impele os indivíduos à união sexual, ou seja, relacionada “com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra ‘amor’” (ibidem, p. 43), Freud levanta a hipótese de que **as relações de amor constituem a “essência da alma coletiva”**, ainda que desviadas de sua meta (ibidem, p. 45). Assim, o poder que mantém a massa unida seria o de *Eros*, suplantando a oposição natural que existe entre os indivíduos e trazendo a necessidade de união entre eles (ibidem, p. 45).

Em seguida, Freud traz como exemplo duas “massas bastante organizadas, duradouras e artificiais” (ibidem, p. 46): a Igreja e o Exército. Freud denomina-as de ‘artificiais’ pois ambas necessitam de certa coação externa para evitar sua dissolução e manter sua estrutura, ao contrário de outras formações mais flexíveis e voláteis. Além da coação externa, essa coesão da massa militar e religiosa depende da ilusão de que o chefe ama a todos da mesma maneira, ou seja, todos estão submetidos às mesmas condições. Assim, Freud analisa a estrutura da Igreja e do Exército como sendo libidinal, justamente porque **sua coesão depende do investimento libidinal de seus membros em relação ao**

**líder, em quem depositam amor e de quem esperam proteção, tal qual o fazem em relação a um pai.** Tanto que, sob o cessar incidental das ordens do chefe militar em situação de combate, é comum instaurar-se o pânico dos membros do exército, já que desfeitos os laços libidinais por meio dos quais estavam seguros. Já na massa religiosa, sob a ameaça de desintegração, não é comum situação de pânico, mas, sim, de fortalecimento da união de seus membros e, também, de aumento da hostilidade em relação aos que dela não fazem parte. Segundo Freud, portanto, o investimento libidinal é a palavra de ordem na formação das massas, concluindo que, “no fundo, toda religião é uma religião de amor para aqueles que a abraçam, e tende à crueldade e à intolerância para com os não seguidores” (ibidem, p. 54), à semelhança do que ocorre no Exército: amor e proteção aos integrantes, violência e luta aos demais em oposição.

Além do conceito de libido, Freud retoma seus ensinamentos acerca da identificação para explicar o fenômeno das massas. A identificação é o mecanismo que se segue à resolução do complexo de Édipo: a criança abdica de seus desejos narcisistas, sai do “Eu ideal” para o “ideal do Eu”, identifica-se com o progenitor do mesmo sexo e inscreve-se na ordem da cultura.

Considerando que a admissão ao grupo exige uma homogeneidade de conduta e tratamento, há uma limitação ao narcisismo do indivíduo, em troca dos laços libidinais, que trazem amor e proteção, bem como a satisfação da sensação de pertencimento. Nota-se que há uma sobreposição dos desejos do líder aos desejos do indivíduo da massa, como na identificação, por meio da qual se toma o outro como ideal. Assim, reproduzindo a passagem edípica da infância, o indivíduo abdica de seus desejos sem limites a fim de ser aceito pelo grupo, com ele identificando-se. Após tais reflexões, Freud aponta **que todo processo de formação das massas, portanto, vem marcado pela ambivalência característica da formação do Eu, que deseja exterminar o outro, mas, ao mesmo tempo, ama e quer sua proteção.**

Esta reflexão mostrou-se primordial para entender que os **laços emocionais da identificação são a matéria prima para a formação dos grupos, sem deixar de pensar na ambivalência de origem de tais emoções.**

Inclusive, Freud aponta que “a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por ‘modelo’” (ibidem, p. 62), porém que o Eu pode copiar

ora a pessoa amada, ora a não amada, considerando que sempre haverá a ambivalência emocional. Ademais, também chama a atenção para os casos de identificação “baseada em querer ou poder colocar-se na mesma situação”, revelando um “indício de um local de coincidência dos dois Eus” (ibidem, p. 64). Assim, considerando a identificação por copiar a pessoa amada, a pessoa não amada ou a pessoa que está em situação similar, Freud destaca seus três principais movimentos: “primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetual libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais” (ibidem, p. 64-65).

Freud, depois, vale-se do livro de W. Trotter sobre o instinto gregário, refutando-o quanto à ideia de que este seria inato no ser humano, já que negligencia o papel e a necessidade do líder para a coesão da massa. Ademais, prossegue Freud retomando todo o raciocínio de **que os homens inevitavelmente experimentam uns pelos outros sentimentos hostis, que somente são invertidos em sociais por meio da identificação** com alguém que se destaca da massa, o líder, que deve tratar os demais como iguais. Por meio destas reflexões, Freud destaca as **semelhanças da formação das massas com a situação da horda primeva**, na qual o pai, o macho mais forte, destacou-se como líder, igualando todos os filhos em situação desfavorável de privação. Com o assassinato do pai-líder, os irmãos experimentaram a desproteção e a ameaça de repetição do ato por seus filhos, sendo instituído o totemismo, no qual os irmãos se colocaram como iguais e o líder já não era mais representado por uma personalidade individual, mas pelos tabus, que foram a semente das famílias, do “Direito” e também das religiões. Conclui Freud, “a massa nos parece, desse modo, uma revivescência da horda primeva” (ibidem, p. 85).

Freud não se referiu acerca da culpa especificamente nesta obra, mas parece haver uma **coincidência da gênese da culpa e da formação das massas**, pois ambas originaram-se do **ambivalente amor-ódio** que foi experimentado pelos filhos-liderados quando mataram o pai-líder, surgindo a necessidade de reproduzir uma forma de manter a coesão do grupo de irmãos, a culpa, como será destrinchado mais adiante. Ademais, a noção de que **inexiste no ser humano um inato “instinto gregário”** mostra-se primordial para

entender o raciocínio de Freud acerca da manutenção da civilização, que, para ele, somente se mantém unida por meio da culpa.

### 3.6 CULPA NAS RELIGIÕES

Seguindo este raciocínio de que o homem é hostil, não gregário, Freud escreve, em 1927, *O futuro de uma ilusão*, obra na qual anuncia a religião como sendo uma ilusão, desconstruindo a crença de que existe um futuro seguro para a humanidade, ao contrário do que a crença religiosa pretende preconizar.

Tal como já descrito neste trabalho, em capítulo anterior, Freud também já havia anunciado sua desilusão quanto à humanidade em *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, de 1915, perplexo diante dos horrores da Primeira Guerra Mundial.

Assim, Freud inicia seu texto retomando “que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto” (Freud, 1927, p. 17), sendo que, caso cessassem todas as coerções para manter as pulsões primitivas recalçadas, não parece provável que o ser humano se mantivesse unido social e culturalmente, tendo em vista a **indestrutível tendência destrutiva** presente em cada indivíduo.

Considerando que tal renúncia das pulsões traz, por si só, outro sofrimento, a exemplo das psiconeuroses, Freud passa a refletir a respeito da medida ideal de coerção a fim de manter a civilização sob controle, porém minimizando os prejuízos individuais e maximizando as recompensas sociais. Uma das soluções apresentadas por Freud seria a organização da massa civilizada por meio de líderes que tenham uma compreensão superior a respeito da renúncia das pulsões, ao custo de certo grau de coerção, e da necessária recompensa social que cada indivíduo deve receber, a fim de que a balança ônus-bônus mantenha-se equilibrada. Somente assim as massas permaneceriam unidas, todos trabalhando em busca de um bem comum, qual seja, a própria civilização. Porém, Freud também alerta a respeito da possível utopia que tal equilíbrio representa, tendo em vista que “pelo menos até agora, no presente estágio de nosso controle sobre a natureza” (ibidem, p. 18), esta experiência ainda não foi alcançada, ponderando que “provavelmente uma certa percentagem da humanidade (devido a uma disposição patológica ou a um excesso de força instintual) permanecerá sempre associal” (ibidem, p. 18-19), sendo viável apenas “reduzir a uma minoria a maioria que hoje é hostil à civilização” (ibidem, p. 19).

Assim, Freud anuncia a incerteza quanto ao futuro da civilização, que sempre permanecerá em constante tensão, na tentativa de controlar coercitivamente os conflitos entre seus membros e de regulamentar as satisfações destes em compensações substitutivas, tal como o que acontece individualmente com o Eu, que se mantém em constante tensão com o Id e o Super-Eu, no caso das neuroses. Porém, sempre haverá os casos psicóticos, em que o Eu permanece em conflito com o mundo externo, representando uma ameaça para a união civilizatória e que, portanto, devem permanecer reduzidos a uma minoria.

A título das satisfações substitutivas da civilização, encontram-se as atividades sublimatórias, tais como a arte, a ciência e os ideais culturais, que têm a finalidade de “reconciliar o homem com os sacrifícios que tem de fazer em benefício da civilização” (ibidem, p. 23).

Com esta mesma função de satisfação narcísica, as ideias religiosas cumprem um papel fundamental na civilização, iludindo os membros desta de que há consolo para o desamparo inevitável do homem diante da natureza. Assim, ensina Freud que **este anseio pelo pai-deus nada mais é do que uma tentativa de amparo e recompensa**, com o objetivo de: “exorcizar os terrores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do Destino, particularmente a que é demonstrada na morte, e compensá-los pelos sofrimentos e privações que uma vida civilizada em comum lhes impôs” (ibidem, p. 26).

Em suma, **a religião torna tolerável o inevitável desamparo e sofrimento advindos dos perigos da natureza e, também, da hostilidade dos próprios humanos**, porém ao preço da ilusão de que todo sofrimento é recompensado e de que todo mal é reprimido, se não agora, após a morte. Assim, a religião funda-se na ameaça coercitiva de que o sofrimento punitivo, que há de vir, em justiça a um mal pretendido ou cumprido, mostrar-se-á pior do que o sofrimento advindo da renúncia da satisfação direta da pulsão.

Neste sentido, a religião seria uma evolução histórica da civilização, necessária a fazer cumprir a renúncia dos indivíduos em busca de sua união. Retomando os acontecimentos da horda primeva, o assassinato do pai instituiu o desamparo e o anseio pela proteção paterna. O totemismo foi a saída imediata e a religião sua evolução cultural<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> Sobre esta origem criminoso e angustiada do homem, que abriu espaço para a criação das religiões: “Em tal forma disfarçada, com tal aparência ambígua, com mau coração e, frequentemente, espírito angustiado, a contemplação apareceu inicialmente na terra, ao mesmo tempo fraca e temível, desprezada às ocultas e

em busca de solucionar a inevitável ambivalência que instituiu e mantém a civilização: a do pai castrador, mas também protetor. Seguem as palavras de Freud para explicar tal origem psíquica das ideias religiosas:

São ilusões, realizações dos mais antigos, fortes e prementes desejos da humanidade. O segredo de sua força reside na força desses desejos. Como já sabemos, a impressão terrificante de desamparo na infância despertou a necessidade de proteção – de proteção através do amor –, a qual foi proporcionada pelo pai; o reconhecimento de que esse desamparo perdura através da vida tornou necessário aferrar-se à existência de um pai, dessa vez, porém, um pai mais poderoso (ibidem, p. 39).

É um jogo de perde-ganha: perda na castração, mas ganha na proteção. Porém, o desamparo sempre subsistirá e as pulsões hostis também, ainda que a ilusão de proteção e as recompensas substitutivas sobrevenham. Por isso, Freud ressalva que, embora as religiões tenham desempenhado um importante serviço à civilização, dominando as pulsões associadas, não se mostram suficientes para contê-las, tanto que as psiconeuroses e os atos criminosos falam por si. Ademais, Freud também pondera que o espírito científico impele o homem a ter uma postura diferente perante o mundo, limitando as crenças religiosas e seu papel controlador<sup>5</sup>.

Além disso, Freud coloca em questão o futuro das religiões, pois, a exemplo do que ocorre no processo de crescimento e superação edípica das crianças, entende que a maturação consiste em se afastar da ilusão narcísica de união, para a aceitação da cruel realidade de renúncia e sofrimento. Freud coloca muitas esperanças no papel da ciência em suplantando a ilusão das religiões, mas, talvez, também a própria colocação de Freud tenha sido ilusória, por esperar que a civilização tenha um caminho de maturação e que este seja por meio da ciência<sup>6</sup>.

---

publicamente coberta de supersticiosa veneração! Aí, como sempre, há que dizer: pudenda origo [vergonhosa origem]!” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 40).

<sup>5</sup> Sobre a possibilidade de substituir religião por ciência e, inclusive, outras atividades sublimatórias, diante da coincidência de sua origem, na sede de saber e aparar a angústia do humano, dando outro destino às pulsões primitivas não satisfeitas diretamente, Nietzsche reflete: “Não subestimemos a energia aí empregada pela humanidade durante milênios, e tampouco o efeito desse meditar sobre usos e costumes! Chegamos aí ao enorme campo de exercícios do intelecto – é que não apenas as religiões foram aí tramadas e elaboradas: aí se acha a venerável, embora terrível, pré-história da ciência, aí medrou o poeta, o pensador, o médico, o legislador! A angústia ante o incompreensível, que ambigualmente exigia de nós cerimônias, pouco a pouco passou ao encanto do dificilmente compreensível, e, onde não se sabia explicar, aprendeu-se a criar” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 38).

<sup>6</sup> Também Nietzsche esperava da ciência um rompimento com a ilusão das religiões: “‘Conhece-te a ti mesmo’ é toda a ciência. – Apenas no final do conhecimento de todas as coisas o homem terá conhecido a si mesmo. Pois as coisas são apenas as fronteiras do homem” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os*

Freud também retoma a analogia entre as religiões e as neuroses obsessivas, já anunciada em *Atos obsessivos e práticas religiosas* (1907) e *Totem e tabu* (1913), acima referenciados. Freud reforça que ambas estão fundadas na culpa, na medida em que seus cerimoniais, obsessivos e religiosos, pretendem se defender da tensão causada por desejar e se privar, traduzindo o conflito interno do Eu, que intenta calar o Id sob pressão do Super-eu, repetindo as vozes da civilização.

Mais uma vez, a gênese da culpa coincide na reflexão acerca das religiões, assim como o foi na discussão a respeito das massas, abrindo caminho para sua principal obra sobre o tema: *O mal-estar na civilização*, de 1930.

### 3.7 CULPA NO MAL-ESTAR E NA COESÃO SOCIAL

A respeito desta inquietação interna causada pelo conflito entre o Eu, Id e Super-eu, Freud dedicou sua obra social de maior impacto: *O mal-estar na civilização*, de 1930.

Aproveitando-se de todo o conhecimento alcançado ao longo da primeira e da segunda tópica, Freud faz um fechamento genial entre indivíduo e sociedade, destrinchando o enlace destes dois elementos.

De início, Freud relata a respeito de algumas reflexões trocadas em correspondência com um amigo seu, o qual, como forma de desvendar a fonte da religiosidade, designa o “sentimento oceânico”, uma “sensação de ‘eternidade’, um sentimento de algo ilimitado, sem barreiras” (Freud, 1930, p. 14). De fato, Freud reconhece este sentimento e retoma a noção de narcisismo primário, em que não há delimitação entre o Eu e o mundo externo: “no início o eu abarca tudo, depois separa de si um mundo externo” (ibidem, p. 19). Seria esta justamente a razão do sentimento “oceânico”, de “ausência de limites e da ligação com o todo” (ibidem, p. 19), que remonta o início da vida de um bebê, ou seja, “uma fase primitiva do sentimento do Eu” (ibidem, p. 25). Isso reforçaria, inclusive, o princípio básico seguido por Freud de que não há uma superação das fases anteriores da vida de um indivíduo, que permanecem conservadas e sobrepostas: “o que passou pode ficar conservado na vida psíquica, não tem necessariamente que ser destruído” (ibidem, p. 24).

---

*preceitos morais*, p. 43). Mas também Nietzsche talvez estivesse iludido em supor que, algum dia, houvesse um ponto final para o conhecimento a ser desvendado.

Porém, Freud, contrariando seu amigo, não vê nesse sentimento “oceânico” a fonte das necessidades religiosas, pois insiste que estas derivem “do desamparo infantil e da nostalgia do pai” (ibidem, p. 25) e que o sentimento “oceânico” teriam se vinculado apenas posteriormente às religiões.

No segundo capítulo, Freud relembra a intenção de sua obra *O futuro de uma ilusão* (1927), já exposta acima, que não era identificar as fontes profundas do sentimento religioso, mas, sim, compreender como o homem comum entende sua religião. Freud identifica três recursos que são usados como paliativos pelo homem para que suporte tantas “dores, decepções, tarefas insolúveis” que a vida traz: “diversões, que nos permitem fazer pouco de nossa miséria, gratificações substitutivas, que a diminuem, e substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela” (ibidem, p. 28). Freud relata que é difícil localizar as religiões dentro destes três recursos, correndo em paralelo e diferenciando-se por características particulares, já que somente elas propõem-se a responder à questão sobre a finalidade da vida (ibidem, p. 29).

Ensina Freud que o que se busca, sempre, é a felicidade e que esta implica em duas metas, uma negativa e outra positiva, respectivamente: “a ausência de dor e desprazer” e “a vivência de fortes prazeres” (ibidem, p. 30). Tal busca da felicidade traduz o que Freud havia designado como princípio do prazer, que, já no início da vida do indivíduo, converte-se parcialmente em princípio da realidade, “sob a influência do mundo externo” (ibidem, p. 31). Desde cedo, o sofrimento apresenta-se ao indivíduo, ameaçado pela fragilidade de seu próprio corpo; pela força destrutiva e incontrolável da natureza; e pela insuficiência das normas que regulam as relações com os outros seres humanos (ibidem, p. 31 e 43).

Os paliativos relatados por Freud, quais sejam, diversões, gratificações substitutivas e substâncias inebriantes, portanto, vêm tentar burlar o inexorável sofrimento humano. Freud ensina que “cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz”, bem como a “não esperar toda satisfação de uma única tendência”, lembrando sempre que “o êxito jamais é seguro, depende da conjunção de muitos fatores, e de nenhum mais, talvez, que da capacidade da constituição psíquica para adaptar sua função ao meio e aproveitá-lo para conquistar prazer” (ibidem, p. 41). A felicidade, para Freud, é uma questão de equilibrar a “economia libidinal do indivíduo” (ibidem, p. 40), ou seja, equilibrar os

investimentos narcísicos e de objeto, fazendo concessões ao princípio do prazer sem perder de vista o princípio da realidade <sup>7</sup>.

Dos paliativos apresentados, Freud esclarece que as gratificações substitutivas já haviam sido por ele tratadas quando se referiu à sublimação em *Os instintos e seus destinos* (1915), por meio da qual o indivíduo desloca as metas das pulsões, conforme já exposto neste trabalho. Porém, relembra Freud que a satisfação pela sublimação jamais será completa e que nem todos os indivíduos têm acesso à oportunidade de lançar mão de atividades artísticas, científicas e intelectuais para escoar tais pulsões de maneira socialmente aceita e construtiva à humanidade.

As religiões, porém, ao contrário dos paliativos acima descritos, além de não cumprirem sua promessa de conduzir à felicidade, admitem “como última possibilidade de consolo e fonte de prazer no sofrimento”, restando ao crente, pois, “a submissão incondicional”. Freud entende que as religiões limitam o indivíduo na busca da combinação dos paliativos em busca da felicidade possível, ou seja, na combinação equilibrada entre princípio do prazer e da realidade, pois impõem “igualmente a todos o seu caminho para conseguir felicidade e guardar-se do sofrimento” (ibidem, p. 42).

No terceiro capítulo, Freud retoma as três fontes do sofrer, quais sejam, o próprio corpo, a natureza e as relações sociais - acima expostas - e começa a se deter na terceira delas, a fonte social do sofrimento.

Por ‘civilização’, Freud designa todas as “realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais”, tendo duas finalidades: “a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si” (ibidem, p. 49). Unidos, os indivíduos conseguem se defender melhor das intempéries da natureza, mas ao preço de sua liberdade individual: daí a razão das regras de regulamentação social.

Porém, os próprios instrumentos criados pela civilização para diminuir o sofrimento são os responsáveis por trazer mais sofrimento.<sup>8</sup> Diante da fragilidade do próprio corpo e da

---

<sup>7</sup> Nietzsche também partilhava desta mesma reflexão, entendendo que o desenvolvimento da civilização não é, necessariamente, sinônimo de felicidade, sendo esta uma noção muito particular e relativa, tal como demonstra este trecho de sua obra *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*: “Não é verdade que o objetivo inconsciente, no desenvolvimento de todo ser consciente (bicho, homem, humanidade, etc.), seja sua ‘felicidade suprema’: trata-se antes de alcançar, em todos os estágios do desenvolvimento, uma felicidade particular e incomparável, nem superior nem inferior, mas simplesmente peculiar. Desenvolvimento não busca felicidade, mas desenvolvimento e nada mais” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 79).

força da natureza indomável, que são as duas primeiras fontes do sofrimento citadas por Freud, os indivíduos juntaram-se ao preço de sua liberdade individual, estratégia essa que traz mais sofrimento, justificando a terceira e última fonte, a social. Conforme já relatado neste trabalho e a seguir mais bem destrinchado, a supressão da liberdade individual pressupõe o recalçamento das pulsões, que, por sua vez, traz consequências também indesejáveis, além de ser impossível conter as pulsões por completo, tornando sempre insuficientes as normas de regulamentação social.

A respeito desta função da civilização, qual seja, de regular as relações sociais, Freud relata que “a vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo” (ibidem, p. 57), sendo o ‘Direito’ justamente o poder dessa comunidade em relação ao indivíduo, que o protege, mas também o repreende e oprime. Diante destas considerações, resta concluir que a liberdade individual, muitas vezes referida como um direito assegurado ao indivíduo dentro de limites pré-estabelecidos, não se trata de uma conquista da civilização, mas, justamente, a ela era pré-existente e foi por ela limitada. Assim, Freud comenta:

É impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual, o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação (supressão, repressão, ou o quê mais?) de instintos poderosos. Essa ‘frustração cultural’ domina o largo âmbito dos vínculos sociais entre os homens; já sabemos que é a causa da hostilidade que todas as culturas têm de combater” (ibidem, p. 60).

Ainda a respeito da perda da liberdade individual na civilização, Freud reforça que o melhor caminho de escoamento das pulsões recalçadas é a sublimação – o destino civilizado das pulsões por excelência. Nas palavras de Freud, “a sublimação é o destino imposto ao instinto pela civilização” (ibidem, p. 60). A proximidade entre civilização e sublimação ocorre porque é a única forma de escoamento que recompensa e equilibra as perdas trazidas pela própria perda da liberdade individual: além de aliviar as pulsões, traz benefícios que reforçam o laço social entre os indivíduos. A civilização, portanto,

---

<sup>8</sup> Sobre a ineficaz busca da felicidade por meio da civilização, Nietzsche novamente coloca em tom provocativo: “E por que seria justamente a moralidade o caminho para isso? Por meio dela não se abriu, no conjunto, uma tal profusão de fontes de desgosto que se poderia antes julgar que cada refinamento da moralidade tornou o homem mais insatisfeito consigo, com seu próximo e seu quinhão na existência? O homem mais moral que até hoje viveu não acreditou que a única condição justificada do homem, diante da moral, é a mais profunda infelicidade?” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 77).

construiu-se na perda da liberdade individual e todas as perdas desta advindas devem ser recompensadas, ainda que incompletamente, pela construção de novos enlaces sociais trazidos pelas construções artísticas, intelectuais e científicas da sublimação. A civilização e a sublimação se construíram e também constroem em cima das perdas. Andam em paralelo e dependente uma da outra.

No quarto capítulo, Freud prossegue retomando as ideias trazidas em *Totem e tabu* (1913), a respeito da passagem da família primitiva, guiada pela arbitrariedade do pai da horda, ao estágio seguinte, formado pelo grupo de irmãos que inauguraram os preceitos da cultura totêmica. Estava, assim, constituído o primeiro ‘direito’ da vida humana, que, segundo Freud, estava fundamentada em dois pilares: trabalho e amor. ‘Trabalho’, pois o grupo estava formado em torno da superação das necessidades externas, todos contribuindo para a sobrevivência de todos, protegendo uns aos outros. ‘Amor’, pois o homem tinha como objeto sexual a mulher e a mulher seus próprios filhos, formando o enlace daquela civilização. Freud, então, esclarece que o amor genital persistiu entre homem e mulher – conduzindo à formação das famílias – e que o amor inibido na meta – típico entre pais e filhos, irmãos e amigos – estabeleceu as demais uniões.

Prosseguindo, Freud relata que, apesar da receita acima exposta, trabalho e amor, a civilização “pode não tornar felizes os que dela participam” (ibidem, p. 64), iniciando sua reflexão para esclarecer uma das causas dessa infelicidade: a supressão da sexualidade.

Coerente com toda a sua teoria na primeira e segunda tópicas, Freud amadurece a ideia de que a civilização está pautada no recalque das pulsões e, conforme já exposto, a sublimação é o destino mais adequado destas para a manutenção da civilização. Tanto o amor inibido na meta, que mantém todos unidos, como o trabalho, que preserva o humano das agruras externas, exige uma elevada subtração de energia psíquica da sexualidade, pouco sobrando para as atividades de satisfação direta das pulsões. Nas palavras de Freud, “a vida sexual do homem civilizado está mesmo gravemente prejudicada, às vezes parece uma função que se acha em processo involutivo, como nossos dentes e nossos cabelos enquanto órgãos” (ibidem, p. 69).

No quinto capítulo, Freud relata que “são justamente essas frustrações da vida sexual que os indivíduos chamados de neuróticos não suportam”, razão pela qual criam

seus sintomas como forma de gratificações substitutivas, que se tornam, porém, por si só, outra fonte de sofrimento, dificultando a vida em sociedade (ibidem, p. 70).

Porém, Freud também esclarece que, além das limitações da satisfação sexual, a civilização ainda impõe outros sacrifícios: a supressão da agressividade.

O mandamento cristão “ama teu próximo como a ti mesmo” é o resumo das exigências ideais impostas pela civilização, estando longe da ordem pulsional, pois cada qual sabe quanto esforço deve ser despendido para conter sua inclinação agressiva, em prol da comunidade.

Assim, Freud coloca que é justamente essa hostilidade primária entre os homens que ameaça a integridade da sociedade, cujos benefícios e conquistas por dela fazer parte – segurança advinda do trabalho e amor –, muitas vezes, não são suficientes para conter as pulsões agressivas. Neste sentido, a agressividade é um traço indestrutível da natureza humana (ibidem, p. 80) e, ainda que a civilização tente suprimi-lo, sempre haverá uma parcela remanescente na economia libidinal, impossível de se desviar de sua meta direta, originalmente sexual e agressiva. Quanto mais a sociedade falhar em fornecer os benefícios por dela fazer parte, tal parcela remanescente ganhará ainda mais força e os laços sociais, já tênues diante da hostilidade primária, sempre egoísta e agressiva, esvanecerão.

Após a exposição destes dois últimos capítulos, sobre a supressão da sexualidade e da agressividade, Freud conclui que “o homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança” (ibidem, p. 82), sendo esta advinda dos laços sociais que importam em trabalho e amor, trocados entre seus integrantes. O tanto de felicidade sacrificado é justamente aquele que só se satisfaria com o escoamento direto de sexualidade e agressividade, meta essa limitada dentro da civilização. Portanto, o homem civilizado será sempre frustrado na tarefa de ser feliz por completo. Nas suas palavras: “Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor por que para ele é difícil ser feliz nela” (ibidem, p. 82).

No sexto capítulo, Freud traça um panorama geral de sua obra, da primeira para a segunda tópica, retomando os conceitos de narcisismo, libido do Eu e de objeto, bem como o raciocínio que o levou à dualidade entre pulsão de vida (*Eros*) e de morte (*Thanatos*).

Encarando a civilização por este prisma, Freud relata que a cultura é um processo a serviço da pulsão de vida, traçando estratégias para a sobrevivência segura de seus

integrantes, e que o pendor à agressão é a expressão da pulsão de morte, sempre almejando a satisfação completa e perdida (ibidem, p. 90). Essa luta entre pulsão de vida e de morte seria, pois, “conteúdo essencial da vida”, ou seja, é o dilema da humanidade por excelência: sobreviver – e restringir-se – em sociedade *versus* satisfazer-se – e morrer – individualmente. Para a espécie humana, a primeira opção, em prol da pulsão de vida, representou a vitória de sua sobrevivência, porém sempre travando a luta com a pulsão de morte. Nas palavras de Freud, “por isso a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana” (ibidem, p. 91).

No sétimo capítulo, Freud chega ao clímax do seu texto, para o qual serviu toda a indução explicativa dos capítulos anteriores, o que também foi reproduzido brevemente no presente trabalho, a fim de esclarecer o motivo crucial para o mal-estar na civilização: a culpa<sup>9</sup>.

Freud inicia esta reflexão indagando de que se valeria a civilização para inibir a hostilidade primária do homem. A resposta desta pergunta é justamente o propósito de Freud nesta obra, pois coincide com a resposta acerca da razão do inevitável mal-estar do homem civilizado.

Utilizando-se dos esclarecimentos relacionados à formação da estrutura psíquica, dividida entre Eu, Id e Super-eu, Freud conclui que a inibição da agressividade deve-se à formação do Super-eu, que é construído por meio da internalização das exigências externas no próprio Eu. O conflito entre o Eu e as exigências do Super-eu expressa-se na culpa, que exige punição contra o próprio Eu. Neste sentido, depois de formado o Super-eu, o Eu torna-se vigiado constantemente por uma instância interna e independente das autoridades externas, embora delas advindo originalmente.

A este conflito interno entre as instâncias psíquicas, Freud acrescenta que o mal nomeado pelo Super-eu não é necessariamente mal para o Eu, pois seria justamente o que corresponde ao seu desejo, embora posteriormente proibido. O que leva o Eu a proibir exatamente o objeto de seu desejo é a influência externa, qual seja, **o medo de perder o amor e a proteção do outro**. Originalmente, este outro coincide com aquele que exerce a

---

<sup>9</sup> Acerca da interface culpa-infelicidade, estimulada pelas religiões, Nietzsche destaca: “Infelicidade e culpa – essas duas coisas foram postas pelo cristianismo na mesma balança: de modo que, quando é grande a infelicidade que sucede a uma culpa, ainda hoje a grandeza da culpa é involuntariamente medida por ela” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 62).

figura paterna, vale dizer, trata-se de uma autoridade externa, sendo que o medo é, justamente, o de ser descoberto por esta. Mais tarde, **a autoridade externa será internalizada** e, portanto, advinda do próprio Eu, agora diferenciado em Super-eu, sendo que o medo de ser descoberto perde o sentido, já que nada se pode esconder de si mesmo. As autoridades externas não ficam substituídas pelo Super-eu, mas, sim, serão suas aliadas. **O Super-eu, de quem nada é escondido, será o delator do Eu às autoridades externas.** Nas palavras de Freud, “o Super-eu atormenta o Eu pecador com as mesmas sensações de angústia e fica à espreita de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo exterior” (ibidem, p. 95). E tais oportunidades de punição expressam-se justamente nos atos agressivos contra si ou contra outrem, ou seja, atos masoquistas ou antissociais, que, ao mesmo tempo em que realizam parte do desejo proibido, são chamariscos à justa punição, de que o Eu sabia de antemão, inconscientemente, ser merecedor.

Assim, para Freud, a culpa tem duas origens: o medo da autoridade externa (consciência moral) e o medo do Super-eu (culpa inconsciente ou inconsciente de punição). O medo da autoridade externa seria a razão pela qual o indivíduo renuncia às pulsões egoístas e agressivas, cuja punição pelo descumprimento seria a perda do amor e da proteção paternos e sociais. Já o medo do Super-eu refere-se à relação do sujeito consigo mesmo, que, inconscientemente, sabe-se transgressor – há uma equiparação entre ato e intenção, na medida em que nada escapa da realidade psíquica. Neste sentido, a culpa inconsciente é exteriorizada e justificada na realidade social por meio do delito ou do masoquismo moral, impelindo o sujeito à punição, seja por meio da sanção formal do Estado, seja por meio da autopunição. Assim, para Freud, esta é a inovação trazida pela psicanálise acerca do tema: “defender a tese paradoxal de que a consciência é resultado da renúncia instintual, ou de que esta (a nós imposta do exterior) cria a consciência, que então exige mais renúncia instintual” (ibidem, p. 99).

Por meio deste esquema engendrado pelas autoridades externas e internas, de forma simbiótica, o sistema de controle das pulsões proibidas retroalimenta-se do medo de perder o amor e do medo de si mesmo: quanto mais o indivíduo tiver a perder, maior será a culpa por saber-se transgressor, seja em intenção, seja em ato. O homem civilizado estará, portanto, preso nas exigências externas e internalizadas, sem saída, para sempre infeliz e insatisfeito. Nas palavras de Freud:

A renúncia instintual já não tem efeito completamente liberador, a abstenção virtuosa já não é recompensada com a certeza do amor; um infortúnio que ameaça a partir de fora – perda do amor e castigo da autoridade externa – é trocado por uma permanente infelicidade interna, a tensão da consciência de culpa (ibidem, p. 98).

Freud prossegue esclarecendo que essa internalização das exigências, na formação do Super-eu, recorre ao mecanismo da identificação, pois acolhe dentro de si a autoridade e “entra em posse de toda a agressividade que a criança gostaria de exercer contra ela” (ibidem, p. 100). Pontua, porém, que **a severidade do Super-eu não necessariamente corresponderá à severidade da autoridade externa, pois é a própria agressividade do Eu que se volta para si, aquela com que o Eu gostaria de atacar a autoridade externa e ao qual renunciou.**

Tendo em vista que a severidade do Super-eu é temperada pela agressividade do próprio Eu, e não apenas pela severidade da autoridade externa, embora com esta se identifique, há margem para uma maior ou menor flexibilidade na intensidade da culpa inconsciente e, conseqüentemente, também, na capacidade de cada um em ser mais ou menos infeliz e insatisfeito. Aponta Freud que, não raro, as pessoas mais rígidas – consigo próprias ou com outrem – são aquelas que guardam maior agressividade, importando em uma maior severidade no controle do Super-eu. Assim, Freud genialmente mantém a dualidade da formação do humano como sendo algo advindo do social – a influência da autoridade externa como fator para a renúncia diante do medo de perder o amor – e também do próprio indivíduo – a intensidade de suas pulsões sempre hostis e agressivas, temperadas geneticamente como características próprias de cada um. Assim, “fatores constitucionais herdados e influências do meio real atuam conjuntamente na formação do Super-eu e gênese da consciência, e isso não é nada estranho, mas a condição etiológica geral de todos esses processos” (ibidem, p. 101).

Assim, Freud ensina que, embora “a vingativa agressão da criança é também determinada pela medida de agressão punitiva que espera do pai” (ibidem, p. 101), a severidade do Super-eu desenvolvido pela criança não reflete, tão somente, a severidade do tratamento que recebeu, pois depende também da intensidade de sua própria agressividade contra a autoridade externa, posteriormente voltada para si. É por isso que, dentro desta dinâmica entre externo-interno, social-individual, adquirido-genético, Freud vislumbra

certa particularidade do Eu revelada diante das experiências de vida, mas sempre delas interdependente.

Ademais, em nota de rodapé (ibidem, p. 101-102), Freud aponta que **o amor pode dar outro destino à agressividade**, independente da relação diretamente proporcional entre severidade externa e interna: “uma criança educada brandamente pode ter uma consciência bastante severa”, pois, “sob a impressão do amor que recebe, esse filho não terá outra alternativa para a sua agressividade que não voltá-la para dentro”. E ainda acrescenta que, pelo mesmo raciocínio, “quanto ao [filho] abandonado, o que foi educado sem amor, nele não há tensão entre Eu e Super-eu, toda a sua agressividade pode se dirigir para fora”.

Ainda em nota de rodapé (ibidem, p. 102), mas não menos importante, Freud conclui, de maneira irretocável, que “a consciência severa tem origem na atuação conjunta de duas influências vitais: a frustração do instinto, que desencadeia a agressividade, e a experiência do amor, que volta essa agressividade para dentro e a transfere para o Super-eu”. Portanto, não é a severidade da autoridade externa a única responsável por conter a agressividade, mas, principalmente, o medo de perder o amor que faz voltar essa agressividade para si. Aí está a solução para o processo civilizatório: sendo amado e protegido por quem castra, a agressividade despertada pela castração é barrada e volta para si. Dessa forma, a ambivalência, do amor e ódio, por uma mesma pessoa, que ama e castra, é o que garante a saída para o processo civilizatório, de internalização da autoridade, formação da culpa inconsciente e controle das pulsões hostis e egoístas.

Após, Freud relembra a hipótese filogenética, já exposta em *Totem e tabu* (1913) e *Neuroses de transferência: uma síntese* (1915), dando respaldo ao entendimento do complexo de Édipo e, portanto, da formação do Eu e do Super-eu. O assassinato do pai da horda teria inaugurado a civilização na medida em que permitiu que os filhos assassinos experimentassem a ambivalência de sentimentos: admiravam o pai e queriam dele tomar o lugar, porém, ao assassiná-lo, depararam-se com o horror da desproteção e com a possibilidade de sofrer o mesmo de seus próprios filhos. Com isso, criaram as regras totêmicas, de proibição do incesto e de respeito ao totem substituto do pai, impostas pelo bando de irmãos assassinos, a fim de evitar a repetição do crime primevo. A partir dali, todos experimentariam a imposição das leis, a internalização destas e a renúncia às pulsões de agressividade. Porém, ao contrário do que ocorria na horda primitiva, a agressividade

não era contida com base na agressividade do pai, mas, sim, com base no medo de desproteção dos filhos. A formação da família e a união de forças em busca da sobrevivência deu o tom para o estabelecimento do amor como forma de enlace social. À medida que o processo civilizatório avança, a saída do controle pelo amor é confirmada como meio mais eficaz de contenção da agressividade, por fazer voltar ao Eu a responsabilidade de saber-se culpado e controlar-se.

Os filhos assassinos do pai primevo experimentaram desproteção e iminência da repetição do crime. Isso não significou culpa, pois as regras ainda não estavam postas, mas, sim, arrependimento, pois não almejavam a consequência do ato praticado. Após, então, estabeleceram as regras totêmicas de contenção, abrindo caminho para a posterior internalização das regras civilizatórias, culturalmente herdadas, de geração em geração. Aí, sim, a culpa foi inaugurada: após estabelecimento das regras e vigilância de autoridade externa<sup>10</sup>. Neste sentido, de início, foi o ato, depois, bastou a intenção. Diante da cultura de contenção, o sentimento de culpa promove a equiparação da intenção ao ato, dentro da inevitabilidade de esconder-se do Super-eu. Com isso, amor e culpa, a serviço da pulsão de vida, equilibram agressividade e egoísmo, provenientes da pulsão de morte, estabelecendo a eterna dualidade do processo civilizatório, já que este se iniciou justamente diante de outra ambivalência, a dos pioneiros e assassinos do pai primevo.

Após tal brilhante raciocínio, Freud fecha o oitavo e último capítulo trazendo o sentimento de culpa dentro da dinâmica das neuroses, cujos sintomas são, por si só, expressão de pulsões agressivas sem escoamento e autopunições aplicadas diante da

---

<sup>10</sup> A respeito da origem do sistema penal fundado na culpa compartilhada por todos, também Nietzsche relativiza a culpa individual de cada um, sendo, porém, que, quem foge do comum das regras, é visto como diferente e transgressor, mas apenas tem a coragem de reconhecer em si mesmo o desejo hostil: “A comunidade pode instar o indivíduo a reparar o dano imediato que sua ação acarretou, em relação a outro indivíduo e à comunidade – mas ela sente a culpa do indivíduo sobretudo como sua culpa, e toma o castigo dele como seu castigo –: ‘os costumes relaxaram’, lamenta-se cada um no interior de sua alma, ‘se atos assim são agora possíveis’. Cada ação individual, cada modo de pensar individual provoca horror; é impossível calcular o que justamente os espíritos mais raros, mais seletos, mais originais da história devem ter sofrido pelo fato de serem percebidos como maus e perigosos, por perceberem a si próprios assim. Sob o domínio da moralidade do costume, toda espécie de originalidade adquiriu má consciência; até o momento de hoje, o horizonte dos melhores tornou-se ainda mais sombrio do que deveria ser” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 19). Ademais, a própria punição revela a atividade agressiva de quem pune: “Coisa estranha, a nossa punição! Não purifica o infrator, não é uma expiação: pelo contrário, ela mancha mais do que o próprio crime.” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 166). Assim, há uma inevitável semelhança entre quem pune e quem é punido: “Considere-se! – Quem é castigado já não é aquele que realizou o ato. Ele é sempre o bode expiatório.” (NIETZSCHE, *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*, p. 172).

inconsciente culpa. Nas suas palavras, “talvez toda neurose esconda um quê de sentimento de culpa inconsciente, que por sua vez fortalece os sintomas ao usá-los como castigo” (ibidem, p. 113).

Entre outras conclusões, Freud coloca o sentimento de culpa como a argamassa da construção civilizatória, resultado do retorno da agressividade do Eu para ele próprio, formando o Super-eu. Assim, o indivíduo sempre terá de manter-se fazendo dois movimentos, em analogia aos da Terra: um de rotação, em torno de si, egoísta e aspirante de felicidade e satisfação própria; outro de translação, em torno do social, altruísta e aspirante de proteção e sobrevivência mútua. A libido deverá ser distribuída entre o Eu e os objetos. A eterna luta entre indivíduo e sociedade, assim, mantém-se estável e controlada, mas a satisfação plena estará para sempre perdida, diante do desagradável sentimento de culpa, que sempre exigirá do sujeito a contenção das pulsões, mas jamais conseguirá o desaparecimento destas.

Assim, Freud encerra esta obra com uma mensagem bastante pessimista, mas realista: a agressividade é inevitável, seja manifestada em ato, seja internalizada em intenção, o sentimento de culpa fará o papel de trazer o desgostoso mal-estar, em forma de sintomas neuróticos ou atos criminosos, que pedem justificativa real à necessidade inconsciente de punição. Nas suas palavras, “que poderoso obstáculo à cultura deve ser a agressividade, se a defesa contra ela pode tornar tão infeliz quanto ela mesma!” (ibidem, p. 119).

Sem oferecer consolo, Freud espera que a pulsão de vida equilibre os efeitos nefastos da pulsão de morte. “Cabe agora esperar que a outra das duas ‘potências celestiais’, e eterno Eros, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal. Mas quem pode prever o sucesso e o desenlace?” (ibidem, p. 122): são as últimas palavras de *O mal-estar na civilização*. Fazendo uma análise de todo o exposto, a sublimação, engrenada pelo amor e trabalho, pode proporcionar um processo menos desgastante.

Não só Freud dispunha de teor tão pessimista, mas também um contemporâneo seu, Nietzsche, tal como já destacado em algumas notas de rodapé ao longo deste trabalho, entendia como inevitável o mal-estar da humanidade civilizada e a dificuldade de controle da criminalidade.

Freud e Nietzsche, apesar de contemporâneos e de cruzarem algumas linhas de raciocínio, não usufruíram de respaldo na teoria um do outro. Freud apenas refere-se a Nietzsche em uma passagem do texto *Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica* (1916), no qual comenta já ter ouvido falar do que Nietzsche chamou de “pálido delinquente”<sup>11</sup>:

Um amigo chamou-me a atenção para o fato de que o ‘criminoso por sentimento de culpa’ era conhecido também por Nietzsche. No discurso de Zarathustra ‘Sobre o pálido criminoso’ vislumbramos a preexistência do sentimento de culpa e o recurso ao ato para a sua racionalização. Deixemos que investigações futuras decidam quantos dos criminosos se incluem entre os ‘pálidos’ (Freud, 1916, p. 286).

Por meio destas reflexões, pode-se dizer que a civilização pressupôs, necessariamente, uma domesticação das pulsões naturais, mas não significando a desaparecimento destes, havendo resquícios do bárbaro no humano. O “preço” pago pelo humano por não gozar da liberdade da primeira na segunda natureza é a culpa, para Freud: é este o verdadeiro instrumento da cultura para a sua manutenção.

### 3.8 CULPA NA ATUALIDADE

A evolução da teoria de Freud, em breves linhas acima exposta, sempre esteve condicionada de forma coerente com suas observações clínicas, ou seja, sua teoria tinha como viés os pacientes do início do século XX, que vivenciavam uma sociedade muito rígida moralmente.

Mostra-se inegável que a sociedade atual provê incontavelmente de menos preceitos morais do que aquela vivida por Freud. Porém, também não se pode dizer que sua teoria seja inaplicável à sociedade de hoje, pois, como não poderia deixar de ser, o ser humano sempre estará atravessado pelo crime originário do parricídio e pela culpa que mantém a civilização. Assim, o afrouxamento moral da atualidade não representa uma caduquice de sua teoria, mas a necessidade de, sob as lentes da psicanálise, ampliar a reflexão.

Um dos fenômenos da contemporaneidade, digno desta reflexão e consequência direta da mudança dos valores morais deste século, é o esvaziamento da figura paterna,

---

<sup>11</sup> Em *Assim falou Zarathustra* (NIETZSCHE, p. 47): “Uma imagem fez empalidecer esse homem pálido. Ele estava à altura do seu ato quando o realizou, mas não suportou a imagem do seu ato depois de o ter consumado. Sempre se viu só como o autor de uma ato. Eu considero isso loucura: a exceção converteu-se para ele em regra. A linha traçada no chão enfeitiça a galinha. O golpe que deu enfeitiçou sua pobre razão: a isso chamo eu a loucura antes do ato. Ah! Não penetrastes profundamente nessa alma.”.

deixando marcas particulares à sociedade, ao indivíduo e aos pacientes que recorrem aos consultórios de psicanálise, diante de uma qualidade também particular de encarar o sofrimento na atualidade, como será visto mais adiante.

Após os movimentos de liberação da década de 1960, houve uma subversão dos valores morais daquele século, tais como exemplarmente traduzem as conquistas feministas, a ruptura dos padrões sexuais tradicionais e o divórcio como finitude ao eterno casamento. Assim, os filhos e netos da geração destes movimentos de liberação cresceram já desligados dos preceitos morais do início do século XX – são os chamados “filhos da liberdade” (Peres, 2001, p. 8).

Como efeito colateral, diante da emancipação financeira feminina e da liberdade sexual, foi colocada em questão a figura paterna: filhos de aventuras sexuais, filhos de pais ausentes, filhos de pais separados, filhos de pais sem vínculo, filhos de pais absorvidos e desmerecidos pelas emancipadas mães, assim por diante. Neste mesmo passo, as figuras de autoridade também se mostram fragilizadas, trazendo o rompimento de muitos vínculos sociais e a exacerbação do narcisismo na sociedade contemporânea.

Além da ruptura destes padrões, a evolução meteórica da ciência veio dar um tom de “ilimitude” para o conhecimento e para a tecnologia, renovando e reforçando a sensação desta geração de que não haveria limites para ela. Segundo Lebrun (2004, p. 132), “não é que não exista mais ideal, é que o ideal novo consiste em poder passar sem ideal”. Assim, a ideologia é não ter ideologia. A geração da liberdade recusa sofrimentos e decepções, justamente por não significarem renúncias momentâneas em busca de uma finalidade última. O sofrimento presente perde significado e deve ser aplacado de qualquer forma, já que desprovido de finalidade alguma. O que importa é o agora, não existe o amanhã: a reivindicação é gozar.

Neste sentido, o discurso da ciência converge com o discurso da geração da liberdade, desafiando os limites e deslegitimando o sofrimento, a finitude e a morte. O homem atual, no caso de ser surpreendido pelo inevitável sofrimento, faz-se de vítima de algo que não é seu, mas, também, que não é de ninguém, diante da fragilidade de vínculos e da epidemia da vitimização: se somos todos vítimas, desvinculados uns dos outros, de quem cobraremos? É uma revolta sem culpados, pois, tão logo se culpa o outro, na medida em que não se reconhece vinculado ao outro, não se faz valer qualquer cobrança, cuja

dívida nunca seria paga, já que o sofrimento é inerente à condição de humano. Segundo Lebrun, o “discurso da ciência autoriza o sujeito de hoje a ‘aproveitar’ o que lhe é implicitamente prometido para reivindicar seu devido, primeiro, e, depois, à falta de obtê-lo, plasmar-se como a vítima de um crédito impagável” (ibidem, p. 133).

Esta sensação de “ilimitude” remonta à onipotência do narcisismo primário, no qual o bebê é a majestade e a mãe, seu reino. Quem se opõe a este reinado é o pai, que impõe a castração como limite, forçando a renúncia da “sua majestade, o bebê”, como disse Freud. A partir deste movimento, o limite deve reinar. Porém, se o pai não cumpre seu papel e o bebê onipotente insiste em reinar, como este, ao crescer, tornar-se-á pai? Neste sentido, a geração da liberdade, o discurso da ciência e o “reinado de bebês crescidos” desafiam os limites, que, porém, por sua vez, são invencíveis, na medida em que somos humanos.

Como, então, a sociedade atual lida com o inevitável sofrimento, apesar de seus pretensos poderes de onipotência? Algumas destas formas contemporâneas de enfrentar a dor e a realidade serão a seguir expostas, representando, todas elas, dificuldades que devem ser postas em questão.

Uma das saídas destes “bebês grandes sem pai” é a toxicomania, como forma de trazer de volta uma pitada da sensação narcísica de fusão com a mãe, de ausência de limites, deixando falar mais alto as vozes da pulsão de morte em busca da ausência de sofrimento: o gozo. Segundo Lebrun, “certas patologias sociais que nos parecem específicas, como a toxicomania ou uma certa delinquência, assim como o que alguns chamaram de ‘as novas doenças da alma’ e de ‘estados-limites’” (ibidem, p. 137) são expressão desta onipotência do homem atual, desta recusa em reconhecer limites e aceitar o sofrimento. Falta a castração, ou melhor, falta ela própria, a falta, conquistada pela castração.

A respeito da toxicomania, Lebrun enfatiza que “o gozo do toxicômano não se liga somente aos efeitos do produto, mas também à organização psíquica do sujeito” (ibidem, p. 138). Ou seja, a droga somente se torna a completude de seu dependente se a constituição psíquica deste não aceitar o buraco de ser humano, limitado, castrado e sofredor. E Lebrun ressalva e completa que “essa dor é, nele, agravada, sem dúvida, por sua história singular de sujeito, mas esta é construída nas malhas de um social que torna pensável suspender a hipoteca desse ponto de impossível, ao promover a crença em um ‘tudo possível’” (ibidem,

p. 139). Ou seja, impossível pensar no indivíduo com dificuldades para aceitar a castração sem que o social, justamente na figura do pai, esteja corroborando com esta dificuldade em limitar e vincular o indivíduo.

Há, portanto, uma “desinscrição desse caráter decepcionante” (ibidem, p. 139), fazendo com que o indivíduo confunda e equivocadamente iguale o desejo a uma necessidade, que, na verdade, são díspares, já que o desejo somente “nasce da distância entre a necessidade e a demanda” (ibidem, p. 140). Ora, se Freud ensinou que o caráter da pulsão é justamente ser constante e insaciável, diferentemente das necessidades fisiológicas, não há saída para o homem atual, que rejeita a frustração, se não reduzir o desejo à necessidade, em uma busca desenfreada por saciedade. Neste sentido, “o drogado é um homem devorado pela necessidade absoluta de droga”, sendo que esta “não pode ser freada e não conhece nenhum limite” (ibidem, p. 140).

Outra expressão da atualidade, ao lado da toxicomania, como citado acima em referência de Lebrun, são as chamadas “novas doenças da alma”, designando “pacientes narcísicos, borderlines, falso *self*, personalidades múltiplas, estados-limites, anti-analisantes” (ibidem, p. 140), que comumente se tem encontrado na clínica atual.

Tais pacientes em estado-limite seriam aqueles cuja estrutura psíquica mostra-se pouco delimitada entre neurose, psicose e perversão, não sendo possível definir por uma delas. Assim, não se pode situá-los como neuróticos – que, frustrados, buscam preencher a falta –, psicóticos – que, não castrados, não vivenciam a falta – ou perversos – que sabem da falta, mas a recusam. O diagnóstico de tais pacientes, segundo Lebrun, resta suspenso em estado-limite, pois a dificuldade em situá-los encontra-se justamente na existência de um traço comum a eles: “a dificuldade de representação psíquica” (ibidem, p. 143), ou seja, mostram-se psiquicamente empobrecidos, recuados na simbolização e na capacidade de pensar. Frise-se que não se trata de uma incapacidade na simbolização (pois isso implicaria na definição de psicose), mas de uma dificuldade, uma resistência em simbolizar, típica desses pacientes limítrofes.

A capacidade de simbolização dá-se com a linguagem, que adquire seu espaço na dissolução do complexo de Édipo e início do período de latência, depois que a criança abdica de seus imaginários poderes onipotentes e aceita a limitação imposta pelo outro, como figura paterna. A simbolização, portanto, é consequência do fim da imaginária fusão

mãe-filho. Os pacientes em estado-limite demonstram uma dificuldade na simbolização, pois, justamente, são os filhos da liberdade e do discurso onipotente da ciência: não saíram satisfatoriamente da imaginária fusão mãe-filho. E Lebrun completa:

Evidentemente, o que aparece é a angústia: e, a cada vez que estiver um pouquinho descolado [...] de sua representação imaginária de estar fusionado com a mãe, é, por falta de simbolização, a posição do engodo que poderia ocupar para esta que acaba de se quebrar, de repente; diante dessa destituição maciça, preferirá permanecer engolido em suas imagens (ibidem, p. 146).

Assim como os pacientes em estado-limite, indefinidos na estrutura psíquica e empobrecidos simbolicamente, também aparece indefinida a fase da adolescência para os jovens atuais, que não mais representa um rito pontual de passagem entre a infância e a fase adulta, mas resta como um período alongado e sem bordas, que parece nunca acabar. Como resultado, cada vez mais se procrastina a saída da casa dos pais e a posse da vida adulta. O bebê crescido, pois, evita sair para a formação de novos enlaces familiares, pois ainda fundido ao seu imaginário de onipotência, em busca do gozo presente e carente do simbólico, não tece planos futuros de independência adulta.

Como ressalta Lebrun, muitas vezes, é apenas apoiando-se no real que estes jovens conseguem assumir a fase adulta, quando, por exemplo, tornam-se pais. Mas, também, muitas vezes, isso também não se mostra suficiente, pois sua dificuldade pode levar ao abandono da nova célula familiar, que, pelas mesmas razões, mostra-se desestruturada, justamente por ser formada por indivíduos sem borda. Inegável, também, relembra Lebrun, “a dificuldade crescente destes pais em dizer ‘não’” (ibidem, p. 150), na tentativa de protegerem a si próprios e a seus filhos da “atualização da interdição, que se verifica tanto mais dolorosa de suportar porquanto se mostra como anacrônica no seio da sociedade contemporânea” (ibidem, p. 150).

Por este motivo, Lebrun propõe rebatizar o termo “adolescência”, em neologismo, para “adolesc-i-ência”, fundindo a ideia de que a onipotência proposta pela ciência, típica da sociedade contemporânea, provoca uma extensão da fase adolescente.

Nesta ausência de limites definidos, mostra-se também uma perda de referências, tendo em vista o esvaziamento da figura paterna como marca no processo de identificação do indivíduo. A ciência provocou a extensão dos limites, facilitando o intercâmbio de culturas, ampliando a comunicação e transpondo barreiras territoriais. Como resultado,

tem-se uma sociedade pluralista e globalizada, mas sem referências centrais que sirvam como bússola para o indivíduo sem limites. Tudo é generalizado e tudo é relativizado: perde-se a segurança de referenciais mais determinados e, portanto, perde-se um caminho mais direto para a identificação.

Mais uma consequência da perda de referência, conforme pontua Lebrun, é a desvalorização do político, já que a autoridade mostra-se deslegitimada, assim como a figura paterna. A própria passagem da monarquia para a democracia deu margem, como efeito colateral, para o desfazimento da autoridade, na medida em que se abdicou do poder de um sobre todos para o poder de um em nome de todos. Nisto, a autoridade deixou de ter um nome único, para ser anônima pelo nome de todos. Ademais, diante de filhos sem pai e de pais deslegitimando o “não”, limites são considerados “reacionários”, não necessários. Trata-se de uma perigosa inversão de valores, cujo extremismo beira ser contrário às bases do social.

A última expressão da atualidade em torno desta ausência de limites, citada por Lebrun, é a chamada “bissexualidade social” (ibidem, p. 161): o indivíduo atual parece “pensar poder viver num terceiro sexo”, ou seja, num lugar em que não se teria que escolher um lado, entre o imaginário e o simbólico, entre psicose e neurose, entre aceitar ou não a falta e, porque não dizer, entre feminino e masculino. Fica, pois, indefinida sua borda.

**Tal reflexão não se trata de uma “nostalgia do pai” ou de uma proposta de se voltar aos modelos antigos, mas de uma constatação do movimento atual, na tentativa de se alertar a respeito dos perigosos caminhos deste desenlace social. A cada época, é benvinda – e cabe – seu próprio questionamento, servindo a psicanálise como um instrumento deste pensar.**

Aliás, sociedade atual, embora mais aberta à liberdade de expressão, não propõe a oposição das regras como proposta de novos modelos substitutivos, mas tão somente para contestá-las e impor a ausência de limites, trazendo como consequência um batalhão de indivíduos narcísicos, não implicados socialmente, por recusar seus limites. Assim, o problema não reside na oposição das regras, mas, sim, no desfazimento das regras e desmantelamento do vínculo social.

Embora mais livre também para aceitar os relacionamentos entre as pessoas, cada vez mais, tem-se visto a falência destes, em razão de um individualismo exacerbado. Até

mesmo nas relações sexuais, mantém-se desvinculado do outro, com o exercício de uma sexualidade nômade e solitária.

Este hiper-individualismo dá uma suposta ilusão de liberdade, mas, ao mesmo tempo, crescem as queixas de vitimização, como se a liberdade não pudesse ser aproveitada. Ora, desconhecendo-se os limites, não se reconhece as possibilidades e, portanto, vitimiza-se. Tal sintoma expressa a necessidade de uma delimitação do espaço a ser construído dentro desta liberdade, sob o projeto da implicação de cada um por seu desejo, distanciado da necessidade, e por seu próprio sofrimento e felicidade.

Neste sentido, “o jovem, hoje, pode se dizer livre e aparentemente possui a liberdade de escolha na vida; mas de fato acaba por ficar aprisionado a essa pseudoliberalidade que nada mais é senão a inexistência de laços que o conduzam pela vida” (Peres, 2001, p. 12).

Se não há ideal nem vínculos, a preocupação contemporânea é que não se deixe esvaziar: o imperativo é “complete-me”, impelindo o indivíduo ao ininterrupto fazer e consumir, na urgência e na dependência de satisfação.

Para desembaraçar este “nó sem laços”, à luz da psicanálise, Freud ensinou uma receita de ingredientes simples, mas de difícil execução: renúncia (e não liberdade) e culpa (e não vitimização). A dificuldade está em deparar-se com uma verdade incômoda: se somos sãos socialmente, somos todos frustrados. Trágico, porém inevitável – para uma sociedade castrada e enlaçada pela culpa.

#### **4 CONCLUSÃO**

A vasta fama do termo culpa nas diversas áreas do conhecimento talvez seja explicada justamente pelo entendimento trazido pela psicanálise, qual seja, de que a culpa é inerente à civilização humana.

De fato, conforme vimos dos ensinamentos de Freud, desde os mais remotos tempos em que a humanidade se organizou como uma civilização, regras foram criadas e, neste mesmo passo, a culpa nasceu. Não há civilização possível sem regras. Não há regras sem possibilidade de violação destas. Não há possibilidade de violação sem culpa. Não há culpa sem mal-estar. Culpa necessária e inevitável, pois há sempre um ânimo de violar as regras, caso contrário, estas seriam prescindíveis.

Diante da perda da liberdade individual trazida pela civilização e, com esta, o mal-estar por saber-se em constante dívida com o outro, a “domesticação” das pulsões só se realiza, ainda que de maneira sempre imperfeita, se for pelas recompensas do amor-laço e trabalho-sублиmação. Caso contrário, o rompimento é o caminho natural da natureza inumana, de caráter indestrutivelmente destrutivo.

**A culpa, pois, é um mal necessário, fonte de inquietação, mas, também, de união social.** Se bem direcionada, por meio da sublimação dos desejos ambivalentes, mostra-se passível de controle social. Caso contrário, abala o próprio sistema social que a criou, em uma também ambivalente relação com sua gênese.

A civilização nos torna presos no enlace social, mas também nos dá segurança. O laço social nos prende, mas também nos assegura. Atualmente, vivemos em uma sociedade de laços frouxos, em que ninguém parece assumir sua responsabilidade pelo outro – a culpa é do outro, sem compromissos. “O inferno são os outros”, frase tão célebre de Sartre.

Neste sentido, **as patologias psíquicas e a criminalidade** mostram-se as grandes falhas sísmicas da estrutura social, mas, assim como o caráter agressivo de cada um, são inevitáveis e revelam uma verdade sobre nossa origem bárbara. São, portanto, uma denúncia da imperiosa incompetência da civilização, na medida em que não foram oferecidos aos “loucos” ou “criminosos” os benefícios compensatórios dos prejuízos civilizatórios. No caso de indivíduos neuróticos, os benefícios compensatórios seriam sublimação, amor e trabalho. No caso de indivíduos psicóticos, tais benefícios compensatórios de controle da agressividade são, em primeira ordem, possibilidades de

analgésia destas pulsões rebeladas do inexistente Eu, com a administração de psicotrópicos, além dos meios usuais da sublimação, amor e trabalho. Não é perfeito, mas a única solução em busca do realizável. “Loucos” e criminosos aproximam-se; e deles, também os “civilizados”.

A obra de Freud, por si só, já nos dá uma ideia da força sublimatória, no sentido de que nos compreende de forma tão honesta, que nos enlaça em um corpo só, de igual origem: de ex-bárbaros civilizados.

Levados por esta reflexão, novos paradigmas podem abrir possibilidade de um diálogo entre a Psicanálise e a Criminologia, de grande valia para desconstruir certezas dos discursos culturais e jurídicos, (des)humanizando criminosos e civilizados. Todos, criminosos ou não, “loucos” ou não, são iguais sob o ponto de vista psicanalítico.

Freud não se aprofundou no tema da Criminologia, mas lançou luzes ao tópico para “fornecer um novo fundamento psicológico para o castigo” (*Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica*, 1916, p. 286), cabendo às gerações seguintes uma reflexão mais apurada e específica.

Em todo caso, algumas questões já podem ser apontadas, todas com provável resposta positiva, diante dos ensinamentos de Freud: o criminoso por sentimento de culpa inconsciente experimenta ou tem potencial para experimentar a culpa consciente? O criminoso que manifesta culpa consciente comete o crime por um sentimento de culpa inconsciente, ou seja, o sentimento de culpa consciente sempre é precedido de sentimento de culpa inconsciente, se cometido o crime? Se o criminoso não manifesta culpa consciente, mesmo assim não teria experimentado culpa inconsciente antes do crime, ainda que com requintes psicóticos? O ser humano está fadado a sentir culpa, no campo das neuroses, seja consciente ou inconsciente? Se a culpa é inerente à condição de humano, dentro das neuroses, todos têm potencial de se tornar criminosos? Isso não traria a conclusão de que todos são iguais e imperfeitos, frustrando qualquer moralismo humanamente medíocre? Sendo assim, não deveria ser maior a preocupação com os criminosos e o tratamento a eles dispensado, já que todos são, potencialmente, criminosos?

Diante das prováveis respostas em uníssono, dignas de novas pesquisas, temos a frustração em oposição à perfeição, ou seja, o humano está fadado à imperfeição, conclusão essa difícil, porém inevitável.

O mandamento, portanto, ao invés de “ama teu próximo como a ti mesmo”, seria substituído por: “suporte teu próximo como – e principalmente – a ti mesmo”.

Se este raciocínio freudiano tivesse uma expressão musical, acredito que o mais adequado seria o adagio da Marcha Fúnebre, em *Eroica* (Sinfonia número 3) de Beethoven: suave, forte, ascendente, realista, brilhante e vivaz com a morte, ou seja, ambivalente como a culpa.

Por fim, devo dizer que, muitas vezes, na confecção deste trabalho, tive de exercitar a renúncia à completude para continuar escrevendo, pois a complexidade da vasta obra de Freud paralisou-me por sua grandiosidade, generosidade e fluidez. Abdiquei do perfeito, em busca do realizável. Fica o futuro para aperfeiçoar o eterno incompleto. Em prol da sublimação. E, sempre, do laço com o outro.

## **5 BIBLIOGRAFIA**

**Dicionário escolar da língua portuguesa** / Academia Brasileira de Letras. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

FREUD, Sigmund. Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1913) **A predisposição à neurose obsessiva**, vol. 10.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1914) **Introdução ao narcisismo**, vol. 12.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1915) **Os instintos e seus destinos**, vol. 12.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1915) **Considerações atuais sobre a guerra e a morte**, vol. 12.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1916) **Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica**, vol. 12.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1920) **Além do princípio do prazer**, vol. 14.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1921) **Psicologia das massas e análise do Eu**, vol. 15.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1923) **O Eu e o Id**, vol. 16.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1924) **Neurose e psicose**, vol. 16.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1924) **A perda da realidade na neurose e na psicose**, vol. 16.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1930) **O mal-estar na civilização**, vol. 18.

FREUD, Sigmund. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud [ESB]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1900) **A interpretação dos sonhos**, cap. II, V, VI e VII, vol. IV.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, vol. VII.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1907) **Atos obsessivos e práticas religiosas**, vol. IX.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1908) **Caráter e erotismo anal**, vol. IX.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1908) **Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna**, vol. IX.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1909) **Notas sobre um caso de neurose obsessiva**, vol. X.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1910) **Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à psicologia do amor I)**, vol. XI.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1913) **Totem e tabu**, vol. XIII.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1914) **Recordar, repetir e elaborar**, vol. XII.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1927) **O futuro de uma ilusão**, vol. XXI.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (1931) **Sexualidade feminina**, vol. XXI.

FREUD, Sigmund. (1915) **Neuroses de transferência: uma síntese**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana – 2. A interpretação do sonho (1900)**. (1993). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, 6ª edição.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAPLANCHE, Jean, PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

NASIO, J-D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

\_\_\_\_\_. **Aurora: reflexões sobre os preceitos morais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

PERES, Urania Tourinho. Por que a culpa? In: **Culpa** / Urania T. Peres (org.) – São Paulo: Escuta, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ZYGOURIS, Radmila. Um sonho de ciência ou a criança-mundo. In **Pulsões de vida**. São Paulo: Escuta, 1999, p. 35-63.